

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA JACIANE MARTINS DE ARAUJO

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA MULHERES E O ESTADO PATRIARCAL: UM
ESTUDO REALIZADO COM BASE EM ASPECTOS CONJUNTURAIS DA
SOCIEDADE PATRIARCALISTA/MACHISTA.**

Juazeiro do Norte-CE
2019

MARIA JACIANE MARTINS DE ARAUJO

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA MULHERES E O ESTADO PATRIARCAL: UM ESTUDO REALIZADO COM BASE EM ASPECTOS CONJUNTURAIS DA SOCIEDADE PATRIARCALISTA/MACHISTA.

Monografia apresentada ao Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Esp. Maridiana Figueiredo Dantas

Juazeiro do Norte-CE
2019

MARIA JACIANE MARTINS DE ARAUJO

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA MULHERES E O ESTADO PATRIARCAL: um estudo realizado com base em aspectos conjunturais da sociedade patriarcalista/machista.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a banca examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Esp. Maridiana Figueiredo Dantas.

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Esp.. Maridiana Figueiredo Dantas
Orientadora

Francisca Helaíde Leite Mendonça
1º Examinador

Cecília Bezerra Leite
2º Examinador

Juazeiro do Norte-CE
2019

Ao meu Deus que sempre está comigo, aos meus pais Cícera e Orivaldo, em especial a minha mãe, que desde o início me deu apoio e acreditou na minha vitória. A minha irmã Ana Paula que juntas caminhamos, enfrentando todos os desafios que a vida nos mostrava. Agradeço por sempre me impulsionarem a seguir em frente. Dedico a eles toda e qualquer vitória que vier a acontecer. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre estar comigo a todo momento e não me desamparar nos momentos de desespero, angústia e preocupações, que não foram poucas. Deus acima de tudo!

Agradeço a meus pais, Cícera e Orisvaldo, em especial a minha mãe, que desde o início dessa jornada me deu forças ao acreditar em mim, foi atrás de toda questão burocrática e não mediu esforços em nenhum instante para que eu pudesse estar aqui escrevendo esse agradecimento, a ela toda minha vitória acadêmica e outras tantas que virão após esta.

Não posso esquecer do meu pai Orisvaldo, que apesar de não acreditar inicialmente que eu conseguiria adentrar em uma faculdade, passou a acreditar e a me ajudar financeiramente como podia, ele e minha mãe, são o meu “tudo”, sem eles eu não conseguiria continuar no meio acadêmico, pois foram eles que durante todo o curso, cuidaram de minha filha Alice Maria, para que eu pudesse continuar meus estudos, mesmo depois de uma gravidez indesejada.

A minha irmã Ana Paula, que entramos juntas no ensino superior, e cada vez que pensei em desistir por questão financeira, ela cogitava abrir mão do seu sonho de ser enfermeira, para que eu pudesse seguir com o meu, ela sempre acreditou e me deu forças nas horas mais difíceis. Ela e minha mãe foram as pessoas mais importantes para que eu conseguisse alcançar essa vitória.

Ao meu marido Francivaldo, por me ouvir, suportar todos os meus momentos de estresse advindos de tarefas acadêmicas e cuidar tão bem de mim nesses momentos, o agradeço por compreender minha ausência durante o período de estágio, obrigada ainda, pela sua atenção e cuidados com nossa filha quando eu saía pra faculdade, em uma sociedade tão machista é admirável não ter colocado empecilhos para cuidar bem de nossa filha na minha ausência. Ao meu tio Hugo, que não mediu esforço para me ajudar, ele foi o único da família que acreditou e me ajudou no início de tudo.

A minha orientadora Prof.^a Esp. Maridiana Figueiredo Dantas por sua atenta leitura e dedicação ao meu trabalho, ela me acompanhou durante 4 semestres e durante esse tempo, percebi que essa pessoa durona é a professora que eu mais admiro. Agradeço também a professora Maria Dalva da Silva Ribeiro, por ter me apoiado assim que ingressei na faculdade, ela foi a única professora que me ajudou

em um momento de grande insegurança. Não posso, esquecer de minha supervisora de campo do estágio, Jamille de Lima Vieira, por ter contribuído para o meu conhecimento prático.

As amigas e companheiras que o meio acadêmico me presenteou, Natália, Sheyla e Adriana, em especial a minha amiga Adriana, esta vou levar para vida, foi com ela que vivi os melhores e piores momentos na vida acadêmica. Adriana é minha parceirona. Obrigada amiga por acreditar e suportar minhas chatices te adoro.

Por fim, agradeço também a pessoa que mais me impulsionou a seguir, ao dizer que, devido a gravidez eu não conseguiria concluir o curso.

“ A vida me ensinou a nunca desistir. Nem ganhar, nem perder, mas procurar evoluir”.

Charlie Brown Jr.

RESUMO

Considerando que a violência simbólica atinge todas as mulheres independentemente da posição social que esta ocupa, o presente estudo teve como objetivo compreender os efeitos da violência simbólica na vida das mulheres, tendo em vista a cultura machista e patriarcal que permeia essa realidade, a partir de uma visão dentro do Serviço social, ultrapassando uma visão fenomênica, de uma forma crítica e reflexiva. Ademais necessitou-se analisar como as mulheres se percebem e se posicionam dentro de um relacionamento abusivo, tendo em vista, o conhecimento da violência simbólica; Identificar se ao saber da existência da violência simbólica é possível essa mulher se empoderar e ter uma visão crítica de forma a externalizar esse conhecimento e descrever, através de pesquisas bibliográficas, até que ponto essa violência prejudica a mulher, de forma moral e psicológica, e até mesmo física. No decorrer do presente trabalho, abordou-se teoricamente a violência simbólica contra a mulher, levando-se em consideração os aspectos conjunturais da sociedade patriarcalista, bem como o papel do Serviço social frente a essa questão contemporânea. Para efeito, como metodologia temos a pesquisa de natureza bibliográfica e caráter exploratório, utilizando-se do método qualitativo. Como resultado sugere-se que, o assistente social entenda a violência simbólica contra a mulher de uma forma crítica e reflexiva, de modo a, não naturalizar tal fenômeno, uma vez que este tipo de violência, é a base para as violências que já conhecemos, fazendo assim com que o profissional rompa com os muros mantendo sua legitimidade profissional frente a esse tema despercebido na sociedade, ressaltando-se a posição que o Assistente social deve ter em relação a esse tema.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço social. Violência simbólica. Cultura patriarcal.

ABSTRACT

Whereas symbolic violence affects all women regardless of their social position the present study aimed to understand the effects of symbolic violence on women's lives, considering the chauvinist and patriarchal culture that permeates this reality, from a view within the Social Service, overcoming a phenomenal view, in a critical and reflective. In addition, it was necessary to analyze how women perceive and position themselves within an abusive relationship, in view of the knowledge of symbolic violence; To identify if knowing about the existence of symbolic violence, it is possible for this woman to empower herself and have a critical view in order to externalize this knowledge and to describe, through bibliographical research, to what extent this violence harms women, in a moral and psychological way, and even physics. In the course of the present work, the symbolic violence against women was theoretically approached, taking into consideration the conjuncture aspects of patriarchal society, as well as the role of Social Work in face of this contemporary issue. For this purpose, as methodology we have the research of bibliographic nature and exploratory character, using the qualitative method. As a result, it is suggested that the social worker understands symbolic violence against women in a critical and reflective manner, so as not to naturalize such a phenomenon, since this type of violence is the basis for the violence we already know. , thus making the professional break with the walls maintaining their professional legitimacy in face of this unnoticed theme in society.

KEYWORDS: Social work. Symbolic violence. Patriarchal culture.

LISTA DE FIGURAS

Imagem I: Em que espaço a mulher sofre mais violência?-----20

Imagem II: Cronômetro da violência contra mulheres no Brasil-----46

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Descrição dos procedimentos e fases da pesquisa-----52

QUADRO 02: Tipificação de todo o material utilizado-----53

QUADRO 03: Categorização dos principais dados-----56

LISTA DE SIGLAS

CNDM	Conselho Nacional de Direitos Da Mulher
CPMI – VCM	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Violência Contra Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
NR	Norma Regulamentadora
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
PPA	Plano Plurianual
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I- OS DIREITOS FEMININOS E O LEGADO DO I CONGRESSO DA MULHER PAULISTA PARA A ATUALIDADE.	16
1.1 O PATRIARCADO E A CULTURA PATRIARCAL: A HISTÓRIA FEMININA LIGADA AO MACHISMO.....	16
1.2 DIREITOS FEMININOS: UMA HISTÓRIA MARCADA POR GRANDES LUTAS..	25
1.3 OS DIREITOS DA MULHER: AS CONQUISTAS NO MUNDO FEMININO E A IMPORTÂNCIA DAS MUDANÇAS HISTÓRICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.	31
CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER: O OBJETO DE ESTUDO POSTO EM EVIDÊNCIA.	36
2.1 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A RELAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL, FRENTE A ESTE FENÔMENO.	36
2.2 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER: ENTRE O ESTADO PATRIARCAL E AS PRÁTICAS SOCIAIS.	41
CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER: UMA VIOLÊNCIA SILENCIOSA QUE TEM UM GRANDE EFEITO NA VIDA DAS MULHERES.	50
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1.1 Descrições dos procedimentos e fases de construção da pesquisa.	52
3.2 RESULTADO E DISCUSSÕES	55
3.3 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA MULHERES: UM ESTUDO ACERCA DE UM TEMA DESPERCEBIDO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, QUE TEM UM GRANDE EFEITO NA VIDA DAS MUITAS “MARIAS”.	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de discussões acadêmicas, relacionadas a questão do serviço social na contemporaneidade, em frente a violência simbólica contra mulheres, a partir disso, tem-se como título deste trabalho, **Violência simbólica contra mulheres, e o estado patriarcal**: Um estudo realizado com base em aspectos conjunturais da sociedade patriarcalista/machista.

Este trabalho tem a violência simbólica contra a mulher, como objeto de estudo, este justifica-se em meio a propiciar posicionamentos e conhecimento acerca desse tipo de violência, visto que, por ser uma violência silenciosa, a mulher acaba sendo também uma “vítima silenciosa”, e é através desse silenciamento que é acarretado a mulher, outros tipos de violência, como a psicológica, por exemplo, além da importância de aprofundar a discussão de forma crítica e reflexiva, possibilitando uma interpretação da realidade, para além de uma visão fenomênica, valendo ressaltar o diálogo com as nossas construções sócio históricas.

Através do nosso objeto de estudo traça-se os objetivos geral e específicos, com o intuito de respectivamente, compreender os efeitos da violência simbólica na vida das mulheres, tendo em vista a cultura machista e patriarcal que permeia essa realidade. De acordo com o objetivo geral, temos como objetivos específicos ao analisar como as mulheres se percebem e se posicionam dentro de um relacionamento abusivo, tendo em vista, o conhecimento da violência simbólica; Identificar se ao saber da existência da violência simbólica é possível essa mulher se empoderar e ter uma visão crítica de forma a externalizar esse conhecimento e descrever, através de estudos bibliográficas, até que ponto essa violência prejudica a mulher, de forma moral e psicológica, e até mesmo física.

No primeiro capítulo do presente trabalho, o leitor irá se deparar, com toda a historicidade que permeia a conquista dos direitos femininos advindo de movimentos e lutas pelo reconhecimento de tal, além de trazer a questão de gênero e da violência advinda deste, importante essa discussão para que o leitor entenda como se deu essas conquistas no mundo feminino. Para esse primeiro capítulo utilizou-se como acervo teórico o livro Breve História do feminismo no Brasil, da autora Maria Amélia Teles.

No segundo capítulo é posto o objeto de estudo em evidência, bem como a relação do trabalho do assistente social, frente a este fenômeno, além de apresentar

o estudo dessa violência baseado na relação que existe entre o estado patriarcal e as práticas sociais frente ao objeto de estudo supracitado. Os autores mais utilizados para dar embasamento a esse capítulo, foi o Sociólogo Pierre Bourdieu e a filósofa existencialista Simone de Beauvoir.

Com o objetivo de discutir e analisar o nosso objeto de estudo, o terceiro capítulo traz os resultados que a pesquisa proporcionou, bem como, a sistematização das discussões que cada autor proporcionou para o andamento do trabalho aqui exposto. Enfim, este último capítulo, mostrará através das análises, o grande efeito da violência simbólica na vida das muitas Marias que conhecemos.

Para o alcance dos objetivos, fizemos uso da pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e de natureza exploratória, uma vez que, segundo Silva e Menezes (2000) a pesquisa qualitativa não necessita da utilização de métodos e técnicas estatísticas. Para Gil (2008), o uso da pesquisa de natureza exploratória, é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado, assim, o tema proposto condiz ao que Gil (2008) nos traz no que concerne esse tipo de natureza da pesquisa.

Para Gil (2008), parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. Assim se tornou imprescindível o uso da pesquisa bibliográfica para a execução do objeto de estudo.

Contudo, espera-se que o conteúdo apresentado sirva de arcabouço teórico crítico/reflexivo, tornando a violência simbólica contra a mulher algo visível e assim, fácil de ser combatido através do conhecimento, este considerado o único meio de combatê-la.

CAPÍTULO I- OS DIREITOS FEMININOS E O LEGADO DO I CONGRESSO DA MULHER PAULISTA PARA A ATUALIDADE.

1.1 O PATRIARCADO E A CULTURA PATRIARCAL: A HISTÓRIA FEMININA LIGADA AO MACHISMO.

A mulher sempre foi colocada a margem da sociedade, em comparação ao homem que sempre ocupou papel de maior destaque, e por estar sempre marginalizada, ela sempre foi vítima de preconceitos e em decorrência disto, vítimas também de violência. O papel social e a posição que a mulher ocupa, ainda é permeada de contradições, uma vez que, estas vivem em constante luta, buscando-se igualdade, tentando desconstruir o patriarcalismo, em que a figura masculina sempre ocupou todos os espaços, na política, economia, trabalho... Sabemos que a tarefa de tornar a igualdade entre os sexos, algo real, sempre ocorre com a exclusão da mulher e reforçando-se ideologias machistas.

Quando se trata de mulher, outro fato que surge como base para entendermos toda essa questão envolta a esse assunto, é a discussão do gênero. Assim, por gênero entende-se,

O termo gênero, classificação construída pela sociedade, contribui para exacerbar a distinção entre indivíduos de sexos diferentes. Essa classificação possibilita a construção de significados sociais e culturais que distinguem cada categoria anatômica sexual e que são repassadas aos indivíduos desde a infância (DEZIN, 1995, apud NOGUEIRA, 2001).

Assim, gênero está associado a questões biológicas de homens e mulheres, essa biologia vai além do sexo, ela abrange características psicológicas, sociais e culturais, características estas, que distingue em meio a sociedade, os papéis e funções que o homem e a mulher irão ocupar.

A questão de gênero era baseada em estereótipos sexuais, para tratar de dos atributos masculinos e femininos. Os estereótipos causavam um efeito negativo na vida das mulheres como, baixo auto estima, tendência ao fracasso, depressão. Para ultrapassar essa opressão, impulsionou-se estudos sobre as causas das desigualdades sociais baseados nas diferenças de sexo e gênero, e a melhor forma de combater essas desigualdades era recorre-se a sociologia, psicologia e a antropologia.

Percebendo que havia igualdade intelectual entre homem e mulher, procurou-se justificar porque ainda havia divisão sexual do trabalho, já que estes possui a mesma capacidade intelectual, para isso, buscaram novas possibilidades na identificação dos temperamentos masculinos e femininos.

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem (HELEIETH I. B. SAFFIOTI, 2011 p.35).

Assim, associaram a estes, características subjetivas, em que a mulher era dócil e afetuosa, enquanto os homens, vincularam a agressividade e a racionalidade, uma vez que a mulher por ser mais dócil, agiria mais com o coração e o homem através da razão.

Com isso tornou-se legítimo, a distinção entre as duas formas de ser e de agir, conforme o sexo biológico. Lago (2008), traz que o efeito dos processos de dominação foi tomado, portanto, pela psicologia e pelas demais ciências, como a principal razão para a circunscrição do trabalho da mulher ao universo doméstico e familiar. Toda essa lógica sobre gênero, predominou até metade do século XX, para explicar porque os homens assumiam posição destaque, poder e status social, maior que o da mulher. A categoria gênero surge na psicologia em estudos publicados na década de 1970, tratando as características masculinas e femininas relacionadas ao sexo biológico. Com esses estudos foi possível distinguir sexo e gênero nas pesquisas sobre identidade.

No final dos anos 1980 que o termo gênero passou a ser utilizado no Brasil. O conceito de gênero surgiu para analisar estudos que objetivavam demarcar lugares e distinguir o que é da ordem masculina e do feminino. Esse conceito possibilitou o afastamento da ideia inicial de gênero, correspondente ao determinismo biológico relativo ao sexo.

Para Lago (1999), o gênero feminino só se constrói em oposição ao masculino, e nas diferenças, homens e mulheres se constroem juntos. A palavra diferença, porém, não significa necessariamente contradição, luta, conflito ou desigualdade. Por isso entende-se que na questão de gênero, há um conceito de relação, em que, o universo feminino está inserido no masculino, vice-versa, ou seja, um não existiria sem o outro, mas essa relação não implica desigualdade ou poder, como nos diz

Sartori (2004), que em um contexto social, o gênero só acontece através das relações, ou seja, o gênero constitui uma construção social, abordando as relações de poder entre homens e mulheres.

Vemos assim, que não podemos levar em consideração apenas as diferenças biológicas para distinguir o que é do homem e da mulher, pois, os papéis desempenhados pelos gêneros advêm de uma construção histórica e social, ou seja, está relacionado diretamente, com a realidade e o contexto social em que está inserido. É por meio do gênero que o sujeito se identifica, assim a compreensão é dada a partir da ideia eu o indivíduo tem de si próprio, como homem ou mulher, ou seja, a questão de gênero vai além da biologia e, é algo mais complexo.

Reconhecer a categoria gênero é indispensável, para compreender a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito a direitos políticos, sociais, familiares, econômicos. Reconhecer a importância do direito de emancipação da mulher na sociedade, mas é claro, que o gênero, ainda não é suficiente para explicar com clareza e precisão, as formas como se constrói a dominação masculina, nem os motivos que dão legitimidade as diferenças entre o papel social de homens e mulheres na sociedade, dá mesma forma, que a categoria sexo, também não se mostra capaz de justificar as diferenças existentes, pois, a identidade feminina e masculina se constrói a partir dos relacionamentos.

Napoleão Bonaparte por volta de 1800, dizia que “A mulher é nossa propriedade e nós não somos propriedade dela [...]. Ela é, pois, propriedade, tal qual a árvore frutífera é propriedade do jardineiro”, mostrando assim que, o indivíduo masculino, sempre exerceu seu papel social de superioridade e dominação sobre o suposto sexo frágil, reproduzindo assim uma cultura totalmente patriarcal e machista, em que as mulheres sempre foram aptas a “servir seu dono”.

Quando nós falamos em questão de gênero, nos vem à mente, a concepção de homem e mulher, e em decorrência dessa concepção, um embate entre eles, em que há a existência de dominação-exploração. A questão de gênero, nos traz um padrão idealizado, quando a mulher não consegue se adequar a esse padrão, ela é oprimida e recorrente a isto, é violentada das diversas formas.

Desde a década de 1970, que os temas relacionados à violência doméstica e a desigualdade de gênero tem sido objeto de debate, a partir do momento que as feministas passaram a ressaltar que era necessário desvelar o poder masculino sobre

a mulher, por meio do emprego da violência, e para isso, era necessário explorar e conhecer toda a estrutura patriarcal e machista da sociedade.

A questão de gênero traz ainda, outra grande problemática, a violência de gênero, está por sua vez, não está restrita a uma determinada cultura, ela independe do grau de desenvolvimento de um país, mas, isso não quer dizer que ela não exista, pelo contrário, a violência de gênero está em toda parte, e o que diferenciá-la, é o grau em que ela se apresenta. Como ressaltado anteriormente, aquelas mulheres que não conseguem se adequar ao padrão estabelecido, acabam sendo vítimas de violência.

Por violência de gênero, temos:

A expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não tão raramente, também de violência de gênero. Esta, teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. (SAFFIOTI p 44 2011).

Assim, entende-se que há diferentes termos para designar a violência sofrida pela mulher, porém, todas, remetem a dominação-exploração que estas sofrem.

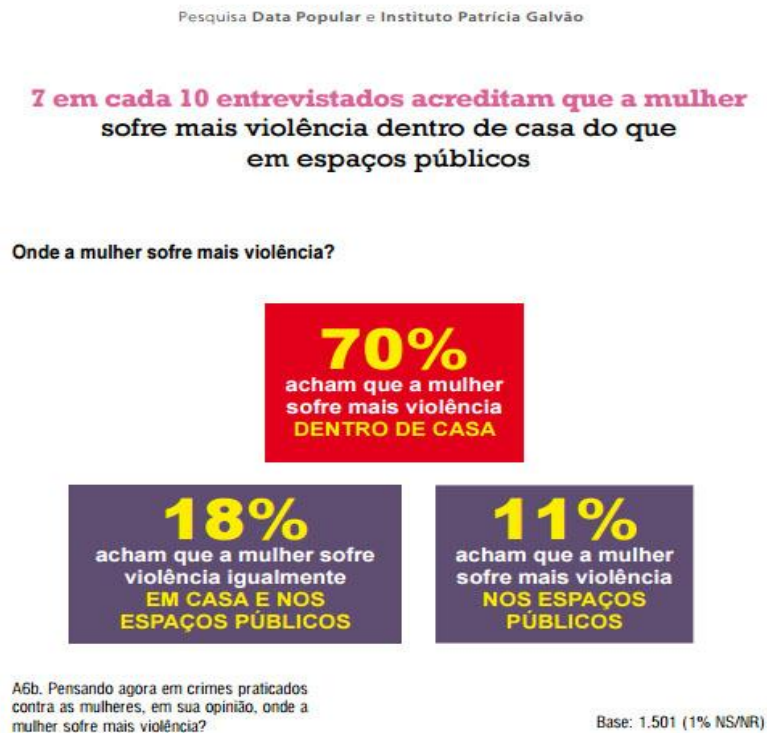
Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. [...]. A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo a família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas (os) e empregadas (os) domésticas (os) (SAFFIOTI p.71 2011).

Entende-se assim, que a violência de gênero é mais decorrente no âmbito familiar, pela proximidade do agressor a vítima, não necessariamente família de primeiro grau, como esposas, filhos, netos, mas também, como vimos na citação, empregadas ou agregados, ou seja, as pessoas envolvidas podem ser casadas ou não, viverem juntos, separados ou apenas namorados.

Cabe destacar ainda que a violência doméstica não atinge somente a mulher, mas também as crianças estas são as mais vulneráveis, por não possuir meios de defesa, mesmo não sendo vítimas de agressões físicas a criança pode ficar com traumas psicológicos, ao presenciar algum ato violento em seu lar, independentemente de quem seja o alvo de tal violência.

A pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, mostra que a casa ainda é o lugar onde as mulheres mais sofrem violência, como nos mostra a imagem a seguir da pesquisa Data Popular e Instituto Patrícia Galvão.

Figura 1- “Onde a mulher sofre mais violência?”



Porém, esse fato não extingue que esta violência aconteça em outros ambientes, como é o caso de mulheres que são violentadas em locais públicos, como praças e até mesmo em seus ambientes de trabalho. As violências sexual, física, emocional e moral, não ocorrem isoladamente, principalmente a emocional e a moral, uma vez que, independente da forma assumida pela agressão, ela se faz presente. A violência doméstica ocorre numa relação de afeto com o agressor, que necessita de uma intervenção externa para romper com essa relação afetiva que a vítima possui, daí surge o conceito de co dependência, seja esta física ou psicológica, além de financeira. Importante destacar que, a violência sexual para assim ser considerada também foi motivo de luta para o movimento feminista.

No que diz respeito a violência sexual, cabe ressaltar ainda, que as feministas também denunciaram o estupro como forma de violência que atinge prioritariamente as mulheres, seja esta criança ou adolescente, configurando-se violência sexual.

Quanto a esse tipo de violência, não era diferente de hoje, a mulher ser culpabilizada, como afirma Teles,

Até então, o estupro, corriqueiro nas páginas policiais dos diários mais lidos, recebia um tratamento sadomasoquista, em que o crime era praticado por “tarados” ou “anormais” contra mulheres de conduta suspeita, que se vestiam sem nenhum decoro e se encontravam em lugares pouco recomendáveis. O tratamento policial e jurídico foi quase sempre traçar o perfil da vítima como a mulher que provoca o acusado a praticar de forma agressiva o ato sexual, colocando-a na condição de prostituta ou de alguém que busca a “vingança” contra o homem (TELES, 1993, pág.134).

O estupro não era considerado crime, e esse fato esteve em pauta, pelas feministas que passaram a reivindicar que este ato, assim fosse considerado como tal. Em geral, é considerada violência de gênero a ação exercida de um sexo pelo outro, no caso da violência a mulher, surge como uma violência machista, e como ressaltado anteriormente, violência doméstica, em suma, vemos que, a questão de gênero acarreta a mulher a violência de gênero, e que essa violência é algo perceptível, uma vez que, a violência é uma ação que na maioria das vezes causa lesão corporal e além desta, lesões mentais, mas há uma violência que vai além destas que deixa rastros na vida de qualquer mulher que foi violentada, essa violência é a simbólica.

A violência simbólica contra mulheres é um tema atual, mas perpassa por todas as gerações, violência esta que para Pierre Bourdieu (2012), é o meio de exercício do poder simbólico, esse poder se sobrepõe à mulher, pelo simples fato desta ser do sexo feminino.

Essa violência é pouco falada e difícil de ser combatida, visto que vivemos em uma sociedade totalmente machista e patriarcal, que se reproduz culturalmente através de comportamentos irrefletidos, aprendidos histórica e socialmente, nas instituições como igreja, escola e família, configurando-se assim, como uma das violências invisibilizadas e naturalizadas pela sociedade, enfim, a violência simbólica é imperceptível e dissimulada, é produto de um processo pelo qual a classe dominante economicamente vai impondo sua cultura aos dominados, no caso as mulheres, e falar desse assunto requer conhecer a origem de toda essa cultura patriarcal e machista que permeia a realidade destas.

Quanto ao conhecimento que a sociedade, bem como, as mulheres devem ter acesso, Rocha Coutinho (1994, p.15) traz que, é de suma importância acentuar essa

violência simbólica dentro de todo contexto histórico, para facilitar o entendimento de tal assunto, assim

Faz-se necessário remover a mulher da posição de obscuridade em que ela se tem mantido por séculos nos livros e compêndios tradicionais mesmo como tem sido escrita em seu sentido mais amplo e convencional fica incompleta e, inevitavelmente, incorreta. (COUTINHO, 1994, p. 15)

Dar-se assim a importância da mulher se conhecer enquanto um ser histórico, para que dessa forma possa entender o seu verdadeiro papel dentro da sociedade. Como nos diz Marcondes Filho (2001), a violência contra a mulher, do ponto de vista histórico brasileiro, também é herdeira de uma cultura com raízes em uma sociedade escravocrata, construída a partir de um modelo colonizador que aqui se instalou, porém, e, contudo, a violência simbólica vem desde antes a essa colonização.

Fazer um recorte histórico bem aprofundado, pode até parecer um pouco estranho, uma vez que se ater a algo tão antigo, pode não fazer sentido, mas com certeza, facilitará um bom entendimento daquilo que hoje conhecemos e chamamos, de machismo e patriarcalismo.

Assim sendo, originalmente a organização familiar era matriarcal, devido não se conhecer o papel do homem na reprodução, entre os povos primitivos, o parentesco era restrito a linhagem materna. Osório (2002), nos traz que nas sociedades matriarcais, as mulheres já tinham alguns direitos políticos e o direito à propriedade completando a afirmação, Vicentino (1997), nos diz que o lugar central da mulher na economia era ligado ao suprimento alimentar e a domesticação cumulativa de plantas e animais, vale ressaltar que esta domesticação cumulativa é mais antiga que a Revolução Neolítica, revolução esta que provocou profundas mudanças nos grupos humanos através do desenvolvimento da agricultura e da domesticação dos animais.

Vale ressaltar que, apesar de se ter inicialmente uma organização familiar matriarcal, não fazia parte desse cenário, a mulher se sobrepôr ao homem como uma pessoa superior, como vemos nos dias atuais, ao contrário, os homens e mulheres viviam em harmonia.

Para Saffioti (2004), o que abriu caminho para a transição do matriarcado para o patriarcalismo, foi a invenção do arado, que substituiu a enxada primitiva utilizada pela mulher, assim por ser mais pesado, o arado necessitava da força do homem para direcionar o movimento de arar, assim, o trabalho deste passou a ser mais visto e reconhecido.

Com tudo isso, as mudanças foram ocorrendo e posteriormente surgiram as aldeias, subseqüente a estas, as cidades, logo após, as cidades-estados, os Estados e os Impérios. Assim, aquela organização que se tinha na pré-história, em que a harmonia entre os sexos existiam, foi dando lugar a uma lei, a “Lei do mais forte”, e o mais forte neste caso era o homem.

Para alguns autores, a origem do patriarcado na sociedade, deu-se a partir do momento que o homem se percebeu e reconheceu o seu papel para a reprodução humana, essa descoberta explica o início de um regime de exploração-dominação sobre as mulheres, pois, o homem passa a atribuir a si próprio o papel primordial na reprodução da espécie, ou ainda na antropoprodução, que consiste na produção de seres humanos, ou seja, na sua reprodução não apenas biológica, mas também social (SAFFIOTI, 2004, p.59).

Se tratando da condição feminina na contemporaneidade, vemos que o status da mulher começa a mudar, devido ao desenvolvimento da sociedade, homens e mulheres assumem nova posição tanto no convívio privado quanto no coletivo. As funções que as mulheres desempenhavam, apesar de terem deixado para trás o enclausuramento doméstico, estas a partir do século XX, continuavam exercendo a sua função de procriar, administrar o lar e a responsabilidade de transmitir os primeiros valores e aperfeiçoamento moral dos filhos. Somada a estas funções, a mulher também era incentivadora e colaboradora do homem na conquista de méritos, através da organização de festas e reuniões, típicos daquele período. A mulher era uma figura importante para a elevação social do marido, onde a habilidade e a demonstração dois dotes femininos, inclusive o físico contava muito nos eventos, ou seja, a mulher era tida como um troféu ou uma figura que o marido ostentava e se exibia.

No geral, as qualidades das mulheres estavam no seu nível de fragilidade, recato, predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, ou seja, a mulher tinha que ser mais amorosa, do que qualquer outro conhecimento, outra qualidade da mulher, era a sua vocação maternal, já para a figura masculina, era atribuída a força física, uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. Tudo isso se justifica em meio, à espera de uma submissão do sexo feminino e um comportamento que não maculasse a sua honra, mas isso não era algo que dependia da vontade da mulher, aquelas que não seguissem as regras estabelecidas da “natureza feminina”, a violência surgia como algo que fosse “remediar” tal conduta.

Trazendo essa discussão para um contexto histórico mais geral, vemos que no campo econômico a subalternidade da mulher está presente no tipo de atividades que ela exerce. Na maioria das vezes, vemos a mulher ocupando cargos que são tidos como próprios dela, como no caso das enfermeiras, que remete, a cuidados que naturalmente é uma condição imposta antigamente, que é o ato do cuidar, professoras, assistentes sociais, empregadas domésticas, enfim, funções que sempre remetem a um passado de submissão, como o ato de cuidar, atender, servir e ensinar, tudo isso “qualidades naturais” do sexo feminino. Toda essa demarcação de funções acarreta também a diferenciação nos salários entre homens e mulheres. Uma subalternidade que se evidencia no mercado, mostrando também uma face masculina na lógica mercadológica do próprio capital.

Na política, a figura feminina se concentra nas bases dos partidos, mesmo os de esquerda e também nos movimentos sociais que se colocam na esfera da reprodução, como a reivindicação por vagas em creches, associação de pais, por exemplo. Quanto a esse cenário, é na Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, prevê que haja no mínimo 30% de candidaturas mulheres.

Apesar de estar garantido na Lei, a realidade das mulheres dentro desse cenário, é bem diferente, visto que, apesar dos grandes avanços da mulher na política, ainda vemos e sabemos da pouca representatividade das mulheres. Esta Lei de cotas partidárias, até estabelece a participação da mulher na política, mas na prática, não é isso que acontece, uma vez que, segundo o site O globo.com, uma em cada seis coligações partidárias não cumpre a cota feminina, que segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 123 de 741 chapas proporcionais são compostas por menos de 30% de mulheres, como manda a lei.

Ainda mais gritante, a subalternidade da mulher se verifica no seio familiar, em que a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atividades, pois mesmo quando a mulher trabalha fora, ela acumula dupla, até tripla jornada de trabalho ao chegar em casa, rara, porque não dizer, dificilmente o homem se dispõe ajudar ou até mesmo dividir as tarefas do cotidiano familiar. É o que nos diz Boaventura de Sousa Santos (2003), em que as relações familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres.

O patriarcado familiar é a matriz das discriminações, já que as mulheres são discriminadas também nas relações de trabalho. O autor nos traz que é a ideologia do

patriarcado que tende a influenciar a subordinação da mulher também no mercado de trabalho.

É também no âmbito religioso que a subalternidade da mulher se faz presente, desde as orações até o que se espera na prática, como por exemplo a oração para o casal,

“Deus pai misericordioso, que criando a mulher sujeita ao homem, mandaste que ele a tratasse como esposa e a considerasse sempre como parte de si mesmo, suportando-lhes os defeitos, socorrendo-a nas necessidades e completando-a em seus limites, fazei que meu marido seja sempre fiel aos seus deveres [...]”

Vemos assim, que até mesmo nas orações a mulher sempre esteve à mercê da subordinação e dominação do sexo masculino, a mulher é vista como um sexo que possui limitações, defeitos e que somente o homem pode lhe ajudar e que o homem tem que suportar seus defeitos, como se somente a mulher possuísse tais.

1.2 DIREITOS FEMININOS: UMA HISTÓRIA MARCADA POR GRANDES LUTAS

Todo esse tema envolvendo a questão de gênero e conseqüentemente, a violência advinda desta, foi o motivo para existirem movimentos que pudessem erradicar toda forma de discriminação e violência contra as mulheres. Dessa forma, um movimento surgiu e com este o início de importantes mudanças, como veremos no decorrer desse ponto, o conhecido movimento feminista abriu caminho para conquistas que até hoje reverbera na vida de muitas mulheres.

Foi a partir do feminismo que se tentou desconstruir toda a estrutura patriarcal e de desigualdades entre os sexos, que foi construída historicamente. Como nos diz Bandeira e Melo (2010), O movimento feminista nasceu das lutas coletivas de mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação.

Foi a partir da necessidade de se romper com os seus sentimentos de inferioridade que o conjunto de mulheres se reuniram e começaram a discutir quais seriam as pautas de lutas, assim, as feministas tinham como pauta de seu movimento, dentre outros, a autonomia, cidadania e o direito à vida, abarcando não somente

reivindicações tidas como “simples”, mas também fatos que seriam de grande importância para essas conquistas de fato existirem,

Direito a existir com dignidade, direito de propriedade, direito à educação e ao trabalho, direito de votar e ser eleita, direito a participar de espaços de poder e decisão, direito a seu próprio corpo, direito a viver livre de violências, direito de viver em igualdade de condições com os homens (BANDEIRA e MELO, 2010, p.9).

Vemos assim, que a base do movimento feminista, estava na busca pela emancipação política e conquistas de direitos, que está diretamente ligada ao que conhecemos de empoderamento feminino, permitindo que a mulher tenha o controle de seus próprios assuntos, de sua vida e de seu destino, sem necessitar da palavra final de um homem, e mais, o empoderamento permite que a mulher tenha consciência de suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir, enfim, que a mulher torne-se protagonista da sua própria história.

Como corroboram Rabay e Carvalho (2011, p.86), diversos estudos sobre a história do movimento feminista nomeiam como “onda” alguns momentos históricos em que houve uma sequência de movimentos e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações. No Brasil, assim como no mundo ocidental, a “primeira onda” se refere ao movimento sufragista; a “segunda onda”, que começa na década de 1970 no Brasil, e em 1960 nos Estados Unidos, se caracteriza pela crítica radical, teórica e prática do modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, identificada nos de 1990, evidencia “novas” mulheres: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras.

A primeira fase tida como fase bem comportada, tinha um caráter conservador e ainda não era questionada a opressão da mulher. Na segunda fase do feminismo, considerada mal comportado, tinha como integrantes a frente do movimento, mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias. Nessa segunda tendência abordava-se temas como, a dominação masculina, a sexualidade e o divórcio. Já a terceira vertente, tida como o menos comportado dos feminismos, se expressava através o movimento anarquista e do partido comunista.

No feminismo bem comportado, as mulheres lutavam por melhores salários, e condições de higiene e saúde no trabalho, uma vez que, estas representavam uma boa parte da força de trabalho na produção social, além de combater as

discriminações e abusos a que estavam submetidas pela sua condição de gênero, ou seja, pelo simples fato de serem do sexo feminino.

Na terceira onda do feminismo, nos anos 2000, o movimento feminista abrangia distintas visões teóricas e posicionamentos políticos, além de realçar o protagonismo, a pluralidade e diversidades do feminismo. Segundo COSTA (2005, p. 23), todas as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas públicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção a mulher e a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto com constante interlocução e articulação com o Estado.

Podemos afirmar que são inúmeras as conquistas no mundo feminino ao longo de toda trajetória histórica. Esquecer as lutas que fizeram essas conquistas existirem, não podem jamais serem esquecidas, afinal, esquecer é negar tudo o que já conquistamos e o que ainda poderemos conquistar, enquanto mulher.

Assim é de suma importância fazermos um breve recorte histórico dessa luta, principalmente dos anos 1980 até os dias atuais, período este onde as lutas por direitos iguais se tornaram mais acirradas, ao mesmo passo, em que a desigualdade de gênero se tornou ainda mais gritante, principalmente quando se tratava de violência, visto que, a sociedade brasileira é altamente demarcada por diferenças de sexo e gênero, a violência contra a mulher e a violência doméstica são caracterizadas como problema público há poucas décadas.

A visibilidade do fenômeno citado acima ocorreu através das ações articuladas do movimento feminista com as próprias mulheres em situação de violência. Teles em seu livro intitulado *Uma Breve História do Feminismo no Brasil*, nos revela que foi a partir do II Congresso da Mulher Paulista em 1980, que se pôs em pauta a questão da violência contra a mulher. Esse II Congresso não contava somente com o grupo de mulheres, como nos mostra Teles (1993), nenhuma força organizada de esquerda se encontrava fora desse processo de aglutinação. Mesmo aquelas que não consideravam o feminismo algo sério e inovador, iam até lá para observar e participar das discussões.

A partir desse encontro foi criado o SOS- Mulher em São Paulo, depois no Rio de Janeiro e Pernambuco. Na cidade de Minas, foi criado o Centro de Defesa da Mulher. Esses espaços eram independentes e tinham o objetivo de atender a mulher vítima de violência, que contava com a ajuda de psicólogos e advogados para atender

de forma voluntária essas mulheres, havia também nessas instituições grupos de reflexão sobre a questão de violência.

Assim como na atualidade é comum nos depararmos na questão do tratamento que é dado pelos delegados de polícia ao receber uma mulher vítima de violência, com as entidades citadas não era diferente, que segundo Teles,

De um modo geral, os trabalhos realizados pelo SOS-Mulher e pelo Centro de Defesa da Mulher encontravam diversos obstáculos, a começar pelo tratamento dado pelo delegado de polícia ao receber a mulher vítima de violência. Costuma-se tratar as agressões como meras desavenças familiares. Sugere-se até mesmo que a mulher queixosa deve ter tido alguma culpa para que o homem se torne tão agressivo. (TELES, 1993, pág.133).

Entende-se a partir disso, que a mulher sempre foi vista pelas autoridades policiais, como culpada pelo seu sofrimento, ou melhor dizendo, culpada por ser vítima de violência. A violência contra a mulher tornou-se uma das principais expressões de violação dos direitos humanos, visto que esta violência atinge os direitos básicos que é à vida, à saúde e à integridade física da mulher.

Vemos anteriormente com a existência do movimento feminista, que foi possível realizar conquistas em conjunto com o Estado para a implementação de Políticas Públicas voltadas ao Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres em 1980, a partir deste ano, inúmeras conquistas foram aparecendo.

Segundo Teles (1993), empenhadas na luta pela democracia e pelo fim da ditadura, a proposta do movimento feminista foi além da defesa dos direitos humanos para as mulheres, da repressão política e das práticas de tortura, concentrou-se na defesa da igualdade de direitos para o sexo feminino tanto na esfera pública quanto na privada.

Na busca por igualdade de direitos o Brasil em 1984, ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, possibilitando a adoção de medidas especiais de caráter provisório, destinados a acelerar a igualdade entre homens e as mulheres.

No ano seguinte, em 1985, a partir o movimento feminista, foi possível ter a experiência de institucionalização das demandas em relação às mulheres em situação de violência, como resultado dessa experiência surge através da Lei nº 27.353, assinada em 29 de Agosto, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, além do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Do período que vai de 1985 a 2002,

através do principal eixo de ação de Política de Enfrentamento à violência contra as mulheres de 1980, foi possível criar Delegacias e Casas Abrigo por todo país, visando assim a segurança pública e à Assistência social.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco no processo de redemocratização ao instituir e consolidar avanços relevantes na ampliação de direitos das mulheres e no estabelecimento das relações de gênero mais igualitárias, assim mulheres e homens passaram a ter direitos e deveres iguais, tanto na família quanto na sociedade.

Treze anos depois da criação da política de enfrentamento à violência contra mulheres, os direitos humanos destas foram finalmente reconhecidos, através da Conferência Mundial de Direitos Humanos, que ocorreu em Viena, em 1993, com caráter universal dos direitos e das liberdades. Nessa Conferência ficou estabelecido que “Os Direitos Humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos Direitos Humanos. Independentemente de qualquer fato, a mulher teve seus direitos respaldados e reconhecidos de forma legítima, assim a mulher passou de certa forma, a se sentir segura tendo o aparato da lei.

Conhecida como Convenção de Belém do Pará”, em 1995 foi realizada a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Nesta Convenção foi afirmado que a violência contra a mulher constituía violação de direitos humanos e liberdade fundamentais, que limitavam a observância, gozo e o exercício desses direitos e liberdades. É eliminando a violência contra a mulher que se garante o seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vida.

A existência de uma Conferência como a que se teve em Belém do Pará, constitui uma contribuição positiva no que diz respeito à proteção dos direitos das mulheres e a eliminação das situações de violência contra a mesma. Esses mecanismos de acabar com a violência contra o sexo feminino criaram possibilidades para que estas mulheres fossem reconhecidas como sujeitos de direitos, e é claro, os Estados se viram na posição de criar Políticas Públicas para o enfrentamento dessas situações, além de visar a garantia do exercício da cidadania das mulheres.

A Convenção de Belém do Pará foi muito importante para as conquistas das mulheres, no que diz respeito ao papel assumido pelo Estado, como aponta Teles (1993), pois este passou a enxergar a violência contra a mulher, questão que ele

poderia interferir através de políticas públicas efetivas e assim tentar coibir essas violações de direitos, como vemos a baixo:

“Os Estados partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convém em adotar por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência e empenhar-se, entre outras, em abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar para que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como gentes e instituições públicas, ajam de conformidade com essa obrigação” (TELES, 1993, p.159).

A partir do exposto acima, os Estados se sentiram no dever e na responsabilidade de buscar mecanismos para o enfrentamento da violação dos direitos das mulheres, além de coibir a violência contra as mesmas. Não foi somente os governos que enfrentaram essa questão, mas também, os movimentos sociais através de suas reivindicações tiveram seu protagonismo no papel de criação de políticas públicas para o enfrentamento da violência, contra as mulheres.

A Norma Técnica criado pelo Ministério da Saúde, para prevenir e tratar os agravos da violência sexual, em 1998, foi um marco que demonstrou um avanço nas políticas públicas para as mulheres. Com esta norma, foi possível para as mulheres vítimas de violência sexual serem atendidas pelos serviços de saúde, com o objetivo de diminuir os agravos decorrentes desse tipo de violência. Além de tornar o atendimento rápido tanto para as mulheres quanto para as adolescentes, buscou-se a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada.

Visando à segurança pública e à assistência social, surge em 2002 o Programa Nacional de Combate à violência contra a mulher, que era gerenciada pela Secretaria do Estado de Direitos da Mulher, mantendo o vínculo com o Ministério da Justiça.

No ano de 2003, surge a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que tem como objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e principalmente combater todas as formas de discriminação e preconceito herdadas de uma sociedade patriarcal excludente. Dessa Secretaria surgem novos serviços como os Centros de Referência de Atendimento às mulheres, Defensorias da Mulher, Serviços de responsabilização e Educação do Agressor e as Promotorias Especializadas. Além de propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência, todos esses serviços fazem parte da Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres.

Todos os aspectos acima citados, em relação ao surgimento de muitas ações na esfera política como resposta a demandas sociais da mulher, nos mostram claramente, a positividade que todo o movimento pelo reconhecimento dos direitos da mulher trouxe, isso nos leva a perceber que em qualquer contexto ou realidade, podemos conquistar muito mais, a questão é não permitir que os nossos direitos escapem entre os dedos, como areia.

1.3 OS DIREITOS DA MULHER: AS CONQUISTAS NO MUNDO FEMININO E A IMPORTÂNCIA DAS MUDANÇAS HISTÓRICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer Políticas públicas efetivas para que haja o empoderamento feminino, bem como interferir nos padrões machistas e principalmente garantam as mulheres vítimas de violência um atendimento humanizado e com qualidade, permitindo assim, transformações nos padrões culturais vigentes, em que o senso comum alimenta e reproduz o patriarcado, chamado de Cultura patriarcal (SANTOS, 2011).

Tendo como conceito central, a integração dos serviços nas áreas da saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, a elaboração e implementação da Política Nacional de Enfrentamento a violência contra as Mulheres, permitiu a incorporação de ações destinadas a prevenção, a assistência e a garantia dos direitos das mulheres. Porém todas essas ações requer “cortar o mal pela raiz”, através de ações preventivas e educativas que possam modificar os comportamentos e os padrões culturais machistas, como ressaltado anteriormente.

Após a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), citado anteriormente, a partir desta houve avanços no que diz respeito ao objetivo central da Política Nacional, que corresponde ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral da violência, assim, o enfrentamento contra este fenômeno deixa de permanecer apenas no campo da segurança pública e da assistência social e passam a envolver os diferentes setores do Estado para garantir os direitos humanos das mulheres, dessa forma rompendo com a visão tradicional de atuação fragmentada do Estado.

Foi a partir do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, que foi possível a consolidação da Política Nacional, em 2007, na

abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, dessa forma esse fenômeno ganhou prioridade na agenda social de um governo, que até então não existia, e foi através do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que este fato pôde fazer parte do Plano Plurianual (PPA).

O PPA tinha como um dos seus objetivos estratégicos fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, a cidadania com transparência, diálogo, e é claro, a garantia dos direitos humanos, esse objetivo partiu do pressuposto de que as desigualdades existentes entre gênero e raça são fatores estruturantes da exclusão social.

Como respaldado anteriormente, esse Pacto significou a concretude da Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, pois este pacto envolve todas as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento, além disso, aprofundou a implementação da Lei Maria da Penha, fortaleceu o combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres, promoveu ainda, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e os direitos humanos destas em situação de prisão.

O Pacto em 2011 tinha como meta, construir, reformar ou equipar 764 serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência, bem como, três mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), passaram a integrar essa rede de atendimento, mais de 10 mil mulheres em situação de prisão que serão beneficiadas com a construção e reformas de estabelecimentos prisionais, outra meta interessante de ser citada, é a inserção da disciplina violência contra as mulheres nos cursos de pós-graduação das universidades.

No que diz respeito a implementação da Lei Maria da Penha, o ano de 2006, foi um marco legal para as mulheres no que diz respeito ao enfrentamento da violência. A Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, é uma conquista que obriga o poder público a possuir medidas preventivas e de apoio às mulheres em situação de violência doméstica. Esta lei vem em consonância com a Constituição Federal de 1988, onde afirma em seu Artigo 226, parágrafo 8º que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismo para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Esta Lei reconhece a situação de violência doméstica como uma violação de direitos humanos das mulheres e possibilita a caracterização da violência como um crime, estabelecendo

várias formas de violência doméstica como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e a violência moral. Vemos assim, que são inúmeras as formas e manifestações da violência contra a mulher, em que esta violência não se caracteriza apenas como doméstica.

São inúmeras as formas de agressão à mulher, agressões como humilhação, desvalorização moral ou deboche público, estas são tidas como violência emocional, agressões como, o chamado “gaslighting”, corresponde a uma forma de abuso mental que consiste em distorcer os fatos e omitir situações para deixar a vítima em dúvida sobre sua memória e sanidade. Falar sobre a vida do casal para outros é considerado uma forma de violência moral, como por exemplo, vazar fotos íntimas nas redes sociais como forma de vingança, dentre outras formas de agressões.

A Lei Maria da Penha, em seu artigo 8º, determina que a assistência a mulher em situação de violência doméstica e familiar se dará por medidas integradas de prevenção, ou seja, políticas públicas visando coibir esse tipo de violência, mediante articulação entre União, Estado, Distrito Federal, municípios e ações não governamentais. Portanto, a criação de normas penais visa garantir a punição e a responsabilização dos autores da violência e de serem julgados em juizados especiais, conforme forem surgindo os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no país.

A implementação das Delegacias de Atendimento à mulher, expressa a necessidade de prestação de atendimento multidisciplinar voltado para a ofendida, o agressor e os familiares, bem como, a implementação de programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha instaura no cenário político e jurídico nacional, mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres em situação de familiar e em relações afetivas, em todas as suas expressões e em qualquer contexto socioeconômico. Esta Lei prevê uma rede de ajuda à mulher, que vai desde o aconselhamento jurídico à orientação profissional, concedidos em centros de acolhimento e abrigos, para que a mulher possa sair da situação de violência em que vive.

Com a criação e implementação da Lei Maria da Penha, as mulheres em situação de violência passaram a ser encaminhadas para serviços e programas de proteção e assistência social, pois esta lei prevê a criação de políticas públicas, como ressaltado anteriormente, que devem possuir o objetivo de garantir os direitos das mulheres dentro de suas relações familiares. Segundo o art. 3º, da Lei nº 11.340/2006, nos diz que,

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, a mulher é possibilitada a ser resguardada de todas as ações acima citada, que é a negligência, exploração, crueldade, discriminação, opressão e principalmente, violência. É através da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, que se torna efetivo a Lei Maria da Penha, por meio de sua difusão e implementação, bem como a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços para as mulheres em situação de violência. Essas ações visam proporcionar uma segurança do exercício da cidadania a todas as mulheres, incluindo a acesso à justiça.

A Lei Maria da Penha é a expressão da Política Nacional, pois esta entende de maneira multidimensional o fenômeno da violência contra a mulher e propõe o seu enfrentamento em várias dimensões. Esta Lei, assim como todas as conquistas femininas, é resultado de uma ampla mobilização da sociedade.

É inegável que a Lei Maria da Penha, trouxe e traz inúmeras conquistas no que diz respeito ao enfrentamento da violência, porém muitos casos de violência caíam na vala comum da violência e assim permaneciam invisíveis na sociedade. Porém desde 2015, esses assassinatos contra a mulher tem nome, feminicídio, que corresponde a assassinato de mulheres, em contexto de violência doméstica ou quando há discriminação e menosprezo a condição de mulher, - fato esse que podemos caracterizar como violência simbólica. Na prática esses casos podem mover situações em que há dominação e humilhação contra a mulher.

É Segundo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (Relatório final CPMI –VCM, 2013), que vai nos dizer sobre um crime que até pouco tempo entrou em vigor, a Lei do feminicídio, uma Lei de grande importância para as mulheres, uma vez que esta, tipifica um crime que antes era tido como um homicídio qualquer cometido contra a mulher, dessa forma, é necessário entender que

o feminicídio é um homicídio cometido contra as mulheres que é motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero, além de menosprezo ou discriminação contra a condição da mulher, assim,

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. (Relatório final CPMI –VCM, 2013)

Através do exposto acima, entra em vigor a Lei nº13.104/ 2015, em que o feminicídio é considerado crime hediondo no Brasil, com isso as penas ficaram mais altas passando de 12 para 30 anos, esse rigor veio em resposta aos números alarmantes de casos de feminicídio no país. O Artigo 121 que define Homicídio no Código penal, foi alterado e teve o feminicídio incluso como um tipo penal qualificador, como um agravante ao crime.

Esses dados alarmantes, como falado anteriormente, mostram principalmente a importância que se tem as Políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. O feminicídio é incluído na lista de crimes hediondos, pois este crime é caracterizado de maneira ainda mais negativa pelo Estado e é ainda mais cruel do que os demais crimes, por isso apresenta penas mais duras. A discussão acerca do feminicídio ainda é pouco discutida, e muito restrita a grupos feministas e a pessoas que já tem conhecimento acerca de tal fenômeno. Esse crime é inafiançável e não podem ter a pena reduzida, quanto a essa pena, conforme a gravidade de tal crime, ela pode aumentar em 1/3 da pena.

Em geral, a violência contra a mulher é uma das causas que leva ao feminicídio, assim combatê-la pode evitar casos de feminicídio. Apesar dessa lei ser um avanço, no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher, a Lei do feminicídio pelo fato de sua definição ser baseada na condição do sexo feminino, a Lei exclui as mulheres transgêneras e travestis e, essa limitação é vista para alguns Como um retrocesso em relação a Lei Maria da Penha- 11.340/2006.

Em suma, esquecer as lutas que fizeram todas essas conquistas acontecerem, citadas no decorrer desse capítulo, é negar tudo o que já conquistamos e sim,

poderemos conquistar ainda mais, afinal enquanto mulher somos capazes, de conquistar um mundo cheio de igualdade e é claro de Direitos.

CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER: O OBJETO DE ESTUDO POSTO EM EVIDÊNCIA.

2.1 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A RELAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL, FRENTE A ESTE FENÔMENO.

Antes de adentrarmos no tema violência simbólica contra a mulher, é importante entendermos tal fenômeno. Por esse tipo de violência temos:

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (BOURDIEU, 2012, p.7-8).

Entende com isso que a violência simbólica, é uma violência silenciosa, invisível e insensível que, tanto o dominante- (homem) quanto, o dominado- (mulher), não se percebem dentro de toda lógica dessa violência, apenas reproduzindo aquilo que a sociedade, que é totalmente patriarcal, nos impõe a reproduzir.

Em seu livro *A Dominação masculina*, Pierre Bourdieu (2012), traz uma reflexão a respeito da violência simbólica no que toca a mulher na sociedade patriarcal. Segundo ele, é sempre esperado que o homem tenha o capital maior que o da mulher, independentemente do tipo. Isso se dá pela naturalização da dominação masculina na sociedade. Ao julgar a mulher incapaz de ocupar determinados cargos, oferecer salários mais baixos para mulheres em mesmos cargos que homens e considerar que elas devem ganhar menos porque engravidam.

Uma ideia clara do que seja a violência simbólica, é a ideia de dominação masculina sobre o corpo da mulher, que é refletido atualmente nos casos de feminicídio, que é o assassinato de mulheres pela razão destas ser simplesmente, uma mulher.

Segundo Bourdieu,

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2012, pág.18).

Assim entende-se que a violência simbólica conduz as mulheres a tomar para si classificações que não são naturais, mas que a sociedade naturaliza induzindo homens e mulheres a uma avaliação distorcida do papel da mulher. Dessa forma a violência simbólica também conduz a mulher a outros tipos de violência, por exemplo, a mulher deve ficar em casa cuidando da família, ser responsável pelo trabalho doméstico, podendo trabalhar fora apenas se o marido permitir, isso é a hierarquização do ser humano e divisão sexuada do espaço, ou seja, a mulher não tem acesso a todos os ambientes sociais; Divisão sexuada do trabalho, pois ainda que ela tenha a competência necessária, não tem acesso facilmente a todos os postos de trabalho; Violência patrimonial, pois ao restringi-la apenas ao espaço doméstico, explora seu trabalho e impede que ela se desenvolva, ou seja, que ela seja responsável pelo seu patrimônio, o que a torna sempre dependente. Aquilo que a mulher pensa e sabe é desvalorizado como conhecimento em comparação com o que os homens dizem.

Outro aspecto a ser pensado como violência simbólica é o fato da sociedade reproduzir que é natureza da mulher casar e ser mãe, isto é a naturalização da divisão sexuada do espaço, do trabalho e dos papéis sociais que ignora a capacidade de decisão da mulher.

Vivemos em uma sociedade patriarcal, em que os homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das prioridades. No domínio da família, o pai ou alguma figura paterna, mantém autoridade sobre as mulheres e as crianças. Historicamente, o patriarcado tem-se manifestado na organização social, político e econômico de uma gama de diferentes culturas. Se levamos o termo patriarcado ao “pé da letra”,

veremos que significa no sentido literal, 'a regra do pai' 'pai de uma raça' ou 'chefe de uma raça'.

O patriarcado pode ser considerado o alicerce da sociedade contemporânea, é uma autoridade imposta ao homem institucionalmente, que os colocam acima das mulheres em ambiente domiciliar e em todas as outras organizações sociais como: consumo, legislação, política, cultura, produção e etc. O papel da mulher socialmente é inferior ao dos homens em todos os quesitos, seja economicamente, profissionalmente, fisicamente e emocionalmente e é com base nessa inferioridade, que a violência simbólica se manifesta, principalmente no âmbito familiar.

Esse tipo de violência acomete todas as mulheres sem exceção, visto que pelo simples fato de ser mulher, ela própria por muitas vezes se coloca na posição de inferioridade, e isto, se pararmos para pensar é inevitável, uma vez que inseridas na sociedade, essas mulheres acabam por reproduzir aquilo que elas mesmas não percebem, e não percebendo elas acabam naturalizando os fenômenos. A partir desse exposto, vemos que as práticas sociais influenciam e reproduzem toda a sociedade patriarcal e conseqüentemente machista. Quanto ao machismo, é rotineiro ouvirmos frase do tipo em relação à luta pelos direitos iguais, "Mulher quer direitos iguais, então vai carregar um saco de cimento ou objetos pesados" ou "Não quer sofrer abuso, coloca um vestido mais longo". As leis de proteção à mulher são fracas e também ajudam a piorar a imagem de "mulher é frágil e precisa de proteção", legitimando o machismo estrutural da sociedade.

É claro que muitos homens alegam a não intenção de fazer parte do sistema machista e patriarcal que reprime as mulheres, mas, apenas pelo fato de usufruírem dos benefícios que a sociedade os concede, já estão legitimando o patriarcado e prejudicando a posição das mulheres na sociedade. Estes benefícios se referem dentro da sociedade aos cargos maiores que ocupam em empresas, domínio das finanças em casa, facilidade em se empregar (pois mesmo se tiver filho pequeno, por exemplo, não vai dificultar na contratação), horas de "happy hour" sem julgamentos alheios, pois mesmo sendo pai, o homem é visto como a pessoa que trabalha muito e precisa de um momento de distração, diferente da visão que se tem da mulher, que mesmo com seu trabalho fixo, tem que estar em casa e com os filhos a todo tempo.

É nessa linha de pensamento que Bourdieu (2012), vai mostrando, a partir de conceitos que lhe são muito importantes, como hábitos e violência simbólica, o quanto a dominação masculina está incrustada em nossos modos de pensar, comportar,

sentir, falar, etc., fazendo com que a reprodução da ordem social seja mantida e legitimada. O patriarcado mata todos os dias, ele julga de maneira errada as atitudes das mulheres que andam sozinhas à noite e são estupradas, ele julga as mães que deixam seus filhos em casa e seguem a carreira profissional, ele menospreza o trabalho intelectual de muitas mulheres, coloca os homens como juízes sociais e líderes intocáveis. Ele está em todo lugar, em todos os setores, em todos os momentos.

É através do senso comum que as práticas de violência simbólica acontecem, e as próprias mulheres se veem dentro dessa lógica e devido a uma imposição cultural, política e econômica esta não se percebe como parte integrante de todo o contexto, devido a naturalização dos fatos e das coisas, e Beauvoir (1970), nos traz que influenciadas pela sociedade e pela educação a mulher percebe as diferenças biológicas de diversas maneiras, mas acaba se aceitando dentro de todo círculo.

Em pouco mais de 13 anos da criação da Lei Maria da Penha, e após 04 anos da Lei do feminicídio, ainda existe muitos casos de violência contra mulher, é recorrente nos noticiários vemos manchetes como: “Universitária é assassinada pelo ex-namorado após ser dopada com clorofórmio; Mulher e filha são mortas em casa de veraneio no CE; Dançarina é assassinada pelo ex-namorado por ciúme; Advogada é assassinada pelo ex, por não querer reatar o namoro;” Quando uma mulher morre, a gente enquanto sociedade, não está matando somente aquela mulher, certamente estamos matando uma família inteira, porque nessa história, perde os filhos, a mãe/pai, até mesmo, a comunidade, pois o feminicídio é um crime que atinge toda a sociedade. Há ainda casos que a morte não chega a fazer parte das estatísticas como: “Mulher tem as mãos decepadas ao pedir a separação ao marido; Jovem é queimada e tem os filhos mortos após namorado provocar incêndio para matá-la; Mulher teve os olhos perfurados ao recusar reatar o casamento”. Quanto a esses últimos casos, quando não há a morte das vítimas, ou melhor dizendo, o crime do feminicídio quando não acontece, muda para sempre a vida de quem sobrevive, essas mulheres passam a conviver com a dor, medo, e com marcas, estas muitas vezes difíceis de esconder.

Importante sempre ressaltarmos que a violência simbólica mesmo que não a percebamos, ela é a causa dessas violências, uma vez que, como supracitado anteriormente, em outras palavras, quando o homem tem sua superioridade simbolicamente ameaçada pela mulher, ele passa a exigir dela um posicionamento que lhe seja favorável, quando a vítima não atende a essa exigência, ela é espancada,

torturada, queimada, violentada sexualmente, enfim, essa mulher passa a ser uma vítima.

Relevante considerar o posicionamento do Serviço Social, frente a todas estas discussões em um contexto geral, uma vez que esta categoria tem a capacidade de fazer análises aprofundadas da realidade social, evidenciando suas contradições, e dentro de um contexto que demanda uma posição do assistente social, frente a uma violência contra a mulher, ressalta-se a importância de se considerar e conhecer a realidade daquela usuária de forma profunda, para entender e compreender assim, os reais determinantes para que esta violência viesse à acontecer, uma vez que a violência simbólica é muito silenciosa e pode ser a maior causa de toda forma de violência que atinge as mulheres, seja esta psicológica, física, patrimonial, sexual, patrimonial ou moral, todas estas, se pararmos para analisar, tem origem na violência simbólica.

Como corrobora Yolanda Guerra (2007),

Foi dito que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2007).

O desafio para o campo do serviço social, é entender essa instrumentalidade como sendo uma categoria que para os assistentes sociais vai permitir desvelar a demanda do sujeito, à medida que, o assistente social insere aquela necessidade que a mulher traz, o profissional insere numa condição e em um contexto que extrapola a vida dessa mulher, para que o profissional possa entender aquilo que foi gestado na casa dela, dentro de sua família, e dar um sentido e um significado bem maior para aquela realidade que ela coloca, que vai além daquilo que ela mesma perceba e daí entendendo aquela situação, pensar qual a alternativa para trabalhar isso, quais as condições que lhes são dadas, quais os recursos que tem e assim por em prática toda a instrumentalidade adquirida ao longo de toda trajetória histórica.

Ter o conhecimento acerca da violência simbólica, permite ao profissional do serviço social um suporte crítico, e com isso permite além de desvelar tal realidade,

possibilita também assumir posições articuladoras dentro de tal contexto, assim favorecendo um conhecimento desalienador, alienação esta que tem presença marcante no machismo e na violência que insistem em está na sociedade, ou seja, é através desse suporte crítico que possibilita o assistente social se articular através da mediação, fazendo desta última, sua maior arma para o combate de tal violência, uma vez que este conhecimento irá permitir ao profissional manter sua legitimidade profissional, fazendo dessa categoria, a única com capacidade específica para agir dentro de determinado contexto.

Importante que o profissional do Serviço social, entenda que, a violência simbólica é a base para o surgimento das outras violências que conhecemos, ou seja, por trás das violências que acomete as mulheres, a violência simbólica sempre está à frente destas, dessa forma, mantendo a legitimidade profissional frente a essa questão contemporânea, que tem raízes bem antigas.

2.2 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER: ENTRE O ESTADO PATRIARCAL E AS PRÁTICAS SOCIAIS.

Vemos na realidade, que a violência simbólica está presente até em elogios feitos a mulher, de forma a torna-la cada vez mais submissa e aceitar passivamente sua situação. Existe uma expressão proverbial onde fala que a mulher é o “repouso do guerreiro”. Há ainda, autores como Napoleão Bonaparte, ao dizer que a mulher é nossa propriedade e nós não somos propriedade dela. Ela nos dá filhos, nós não damos filho a ela. Ela é, pois, propriedade, tal como a árvore frutífera é propriedade do jardineiro. Já para Montaigne o papel da mulher é sofrer, obedecer, consentir. Freud, o grande pensador, insistiu na tese de que o destino da mulher é, inevitavelmente, “passivo”, ou seja, uma mulher que não faz nada por si mesma, e que deixa isso para os outros, no caso, para os homens, sempre dependendo destes. Enfim, todas essas afirmações só nos mostram que rotineiramente somos instruídas por ideias que tenta nos impedir de reconhecer a estrutura de um sistema que revalida a opressão de que as mulheres são vítimas.

Nós mulheres, somos instruídas não somente pela família, mas também pela sociedade, desde a infância, a agradar os homens, sermos uteis, “fazerem-se amar por eles, enquanto mãe nos cabe, educa-los quando são pequenos, cuidar deles quando crescerem, consolar e tornar a vida dos homens agradável e mais

harmoniosa. Mas isso não quer dizer que atualmente as mulheres não venham se posicionando para combaterem essa opressão, tão evidenciada pela violência simbólica, pois sabemos que, as maneiras de discriminação contra as mulheres se transformaram a medida que as sociedades evoluíram e juntamente com essa evolução, surgiram também novas pautas de luta para o combate dessa discriminação contra a mulher.

A violência simbólica está em toda parte, nas músicas que ouvimos, nas novelas e telenovelas que assistimos, nos programas de entretenimento, na religião que seguimos, enfim, ela não está presente somente nas relações conjugais. Esse tipo de violência se dá de maneira escancarada, porém com nossa percepção de naturalizar as coisas e os fatos, acabamos não percebendo tal manifestação de violência que decorre como ressaltado no decorrer deste trabalho, de uma sociedade machista, por exemplo, na letra da música Lôraburra do cantor Gabriel o pensador, que fez sucesso nos anos 90, ilustra bem essa realidade que acabei de mencionar:

Existem mulheres que são uma beleza
 Mas quando abrem a boca
 Hmm que tristeza!
 Não não é o seu hálito que apodrece o ar
 O problema é o que elas falam que não dá pra aguentar
 Nada na cabeça
 Personalidade fraca
 Tem a feminilidade e a sensualidade de uma vaca
 Produzidas com roupinhas de estação
 Que viram no anúncio da televisão
 Milhões de pessoas transitam pelas ruas mas conhecemos facilmente esse
 tipo de perua
 Bundinha empinada pra mostrar que é bonita
 E a cabeça parafinada pra ficar igual paqueta
 Lôrabúrria ! [...]Á procura de carros
 Á procura de dinheiro
 O lugar dessas cadelas era mesmo no puteiro
 Só se preocupam em chamar a atenção
 Não pelas ideias mas pelo burrão
 Não pensam em nada
 Só querem badalar
 Estar na moda tirar onda beber e fumar
 Cadelinhas de boate ou ratinhas de praia
 Apenas os otários aturam a sua laia
 E enquanto o play boy te dá dinheiro a atenção
 Eu só saio com você se for pra ser o Ricardão
 Lôrabúrria
 [...]Não eu não sou machista
 Exigente talvez
 Mas eu quero mulheres inteligentes
 Não vocês
 Vocês são o mais puro retrato da falsidade
 Desculpa amor

Mas eu prefiro mulher de verdade
 Você é medíocre e ainda sim orgulhosa
 Lôrabúrra
 E o seu jeito forçado de falar é deprimente
 Já entendi seu problema
 Vocês tão muito carente
 Mas eu vou só te usar
 Você não é nada pra mim
 (Hmm meu amor
 Foi bom pra você?)
 ...Ah deixa eu dormir
 Pra que dar atenção pra quem não sabe
 Conversar?
 [...] Lôrabúrra, cê não passa de mulher-objeto
 [...] (Mulheres vulgares
 Uma noite e nada mais)
 [...] Seus valores são deturpados você é leviana
 [...] A sua filosofia é ser bonita e gostosa
 Fora disso é uma sebosa tapada e
 Preconceituosa
 Seus lindo peitos não merecem respeito
 Marionetes alienadas vocês não tem jeito
 Eu não sou agressivo
 Contudente talvez
 [...] É o problema não tá no cabelo
 Tá na cabeça
 [...] Tem muita lôrabúrra de cabelo preto e
 Castanho por aí
 É...lôrabúrra morena, ruiva, preta...
 [...] Cada lôrabúrra é de um jeito mas todas são iguais
 Cê tá me entendendo?
 (Eu gosto é de mulher).

Vemos que, em apenas uma letra de música, é dada a mulher uma lista de adjetivos negativos como, levianas, marionetes, alienadas, mulher-objeto, vulgares, interesseiras, personalidade fraca, falam demais, não tem nada na cabeça, além de serem chamadas de vaca, perua, cadela e rata, e no final da música, o cantor ainda os traz que essas características não se limita apenas a mulher loira, mas também a todas as mulheres, que não “obedecem” ao seu modelo de mulher ideal - como se houvesse um modelo desse tipo. Cabe ressaltar que a letra dessa música deixou de ser cantada no ano de 2003 e foi feita uma nova versão da música, pelo próprio cantor, com a justificativa de que existe outras formas de passar uma mensagem sem ser agressivo.

No que diz respeito ao papel da mídia, seja na televisão, rádio, filmes, enfim, Pierre Bourdieu nos traz que,

Quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos de sua responsabilidade- o que não quer dizer que se justifique tudo o que se passa ali, e quanto melhor se compreende como ele funciona

mais se compreende que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores (BOURDIEU, 2012. p.21).

Entende-se assim que os responsáveis por tais ações nas mídias, muitas vezes não sabem o real sentido de suas obras, eles apenas fazem parte de uma sociedade patriarcal, que apenas reproduz aquilo que é entendido por eles, ou seja, são vítimas dessa tão quanto, as mulheres que sofrem mais com esse patriarcalismo.

Um outro grande e triste exemplo de letras de música que repercutiu, dessa vez de maneira bem negativa que incita a violência sexual contra mulheres, é a atual música do MC diguinho “ Só surubinha de leve, com essa filha da puta, taca bebida, depois taca a p§*@ e abandona na rua”, logo após a repercussão negativa da música, o cantor também mudou a letra e nas redes a letra da música também foi retirada e modificada que troca a palavra “ filha da puta”, por Mina maluca e o palavrão, foi modificada para “fica”.

Em relação a esses tipos de musica, ou manifestações de violência simbólica seja estas em filmes, jornais, ou telenovelas, podemos tomar como base e explicação Bourdieu (2012) em que, o autor nos revela que as pessoas da sociedade participa da violência simbólica mesmo sem perceber que faz parte desse círculo de violência,

Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, 2012. p.20).

Entende-se com isso que, a violência simbólica não deve ser tratada como algo natural, ela é resultado daquilo que reproduzimos, com base nas diferenças anatômicas em que nós mesmos somos responsáveis por “diferenciar essas diferenças”. Importante assinalar que, falar de violência simbólica não significa reduzir o papel da violência física e deixar de lado todas as mulheres espancadas, exploradas ou pior absolver o homem de sua responsabilidade por tais atos violentos, como uma forma de justificar suas ações. A violência simbólica é produto daquilo que nós mesmos reproduzimos, quanto a isso Bourdieu (2012) nos traz que,

Ora, longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são produto de um trabalho

incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, igreja, escola, Estado (BOURDIEU, 2012. p.46).

Sabemos que a violência simbólica decorre da dominação que Bourdieu nos traz acima, e que esta dominação é histórica, portanto, mutável, e que ela depende de nossa reprodução incessante para ela existir, assim, entende-se que para erradicar, ou até mesmo, tentar erradicar a violência simbólica depende de nossas atitudes, sabendo que ela pode mudar há esperanças que a nossa realidade enquanto mulher, mude também, uma vez que, no decorrer de todas nossas lutas, muitos direitos já foram conquistados.

Foi dito anteriormente que, a sociedade naturaliza a violência simbólica, até mesmo, por não conhecer tal violência, Bourdieu (2012, p.45) em outras palavras diz que, as mulheres aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais, ou seja, é como se nós mulheres fossemos a responsável por essa violência simbólica existir, quando tentamos enxergar as coisas na visão dos homens, em discordância com o autor, sabemos que, a mulher só naturaliza tal fenômeno quando a mesma desconhece tal fato, ou seja, como dito no capítulo anterior, é através da educação que a mulher pode superar esse desconhecimento e, posteriormente, tentar erradicá-lo, seja no âmbito familiar, na igreja, ou até mesmo, nas escolas.

Quanto a naturalização da violência simbólica, Beauvoir (1967) diz que, o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos, ou seja, essa cumplicidade advém de certo modo, do não conhecer e saber da existência da violência simbólica.

Apesar de temas relacionados a violência e a questão de gênero, debates envoltos de temas ditos feministas, estarem em evidencia na atualidade, vemos que, ainda há muita naturalização dos acontecimentos, e cada vez mais, vemos nos noticiários casos de agressão e de feminicídio, todos esses com origem na violência simbólica.

Com vemos no cronograma da violência abaixo, a realidade das brasileiras não é nem um pouco cor de rosa, ao contrário tem marcante presença de uma realidade cada vez mais opressora e que enxerga na mulher uma figura inferior e “digna” de ser espancada, violentada sexualmente, fisicamente, psicologicamente, moralmente e

patrimonialmente, como é estabelecido na citada Lei Maria da Penha, as várias formas de violência doméstica.

Figura 2 Cronograma da violência no Brasil



A figura acima exposta, pode ser bem explicado através da autora Simone de Beauvoir (1949, p.72) onde ela nos diz que o homem é definido como ser humano e a mulher é definida como fêmea. Quando ela comporta-se como um ser humano ela é acusada de imitar o macho. E quando ela tenta imitar o macho, ela é espancada, torturada e até morta, como é o caso de mulheres vítimas de feminicídio.

É evidente que a realidade que permeia a vida dessas mulheres, está longe de ser mudada, mas se pensarmos dessa maneira nada será feito para mudar tal situação, os dados são cada vez mais alarmantes e a violência contra a mulher não prejudica somente a vida da vítima, mas modifica a vida de seus filhos, pais e familiares para sempre.

O Estado sendo sempre patriarcalista ele tem poder sobre o corpo da mulher, quanto a isso uma outra prática social muito recorrente é o fato do Estado possuir o

direito sobre o corpo da mulher, no caso de laqueadura, em que pela Lei da laqueadura do Sistema Único de Saúde – SUS, Lei nº 9.263/96 a mulher precisa ser maior de 25 anos, ter pelo menos dois filhos vivos, se a mesma viver em uma relação conjugal, a esterilização deve ser combinada entre ambos, ou seja, deve ter a autorização do homem, aqui chamamos atenção, para mais um fato, o Estado impõe e dá o direito para que o homem detenha poder sobre o corpo da mulher.

Como nos traz o Capítulo I em relação ao Planejamento familiar, em que segundo o Artigo 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações: (Artigo vetado e mantido pelo Congresso Nacional - [Mensagem nº 928, de 19.8.1997](#)). I - em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce.

Vemos ainda que a mulher não tem a mínima liberdade de decidir quantos filhos deseja ter, uma vez que, por optar pela laqueadura, esta deve ter no mínimo dois filhos, ou seja, onde fica a liberdade de planejamento familiar? E onde fica a liberdade e a responsabilidade de seu corpo? Claro, fica na mão do homem que é no dito popular, acobertado pelo Estado.

Antes de 2015, era tarefa exclusiva do pai registrar a criança, esta só seria registrada na presença exclusiva do pai, caso o pai da criança se omitisse ou houvesse algum impedimento é que a mãe poderia assumir o lugar, com a Lei 12.112/2015 houve a equiparação legal de mães e pais quanto a obrigação de se registrar uma criança, pode-se dizer, que, mais uma vez o Estado se manifestava e colocava o poder total na mão do homem, vemos com isso, que o Estado sempre coloca a mulher como inferior e incapacitada de tomar decisões, não podemos deixar de notar que, essa lei é sim um avanço no que diz respeito a autonomia da mulher. Porém, mesmo com a esta lei muitas cidades ainda existem esse muro em relação a registrar as crianças.

A violência simbólica contra mulheres está até em elogios feitos a esta, muitas mulheres quando elogiadas acham, mesmo diante de um elogio abusivo, algo normal tão quanto natural. É importante que nós mulheres tenhamos em mente que nem sempre nossa beleza é algo pra ser reconhecido pelos homens, uma vez que estes

acham a beleza algo substituível de inteligência, ou seja, a nossa capacidade intelectual pouca importa para uma grande parte, porque não dizer para todos eles.

Cabe ainda falar que a violência simbólica se manifesta de diferentes formas, dependendo da classe social dessas mulheres, uma vez que, quanto maior a classe social mais mascarada essa violência se manifesta, ou seja, na classe baixa as mulheres tendem a sofrer violência simbólica mais recorrente devido a inversão de papéis, por exemplo, no caso destas terem que trabalhar para completar a renda da família, ao sentirem inferiores a estas, pois esse fato fere a ordem natural dos sexos, os homens com o sentimento de inferioridade acabam por procurar remediar isto em bares, nas drogas, e a partir disso, começa todo o círculo de violência que a mulher passa a sofrer, daí a importância de não naturalizar a violência simbólica, porque esta pode gerar outros tipos de violência, que diferente da simbólica, é visível, sensível e palpável.

Quanto ao trabalho Simone de Beauvoir (1967), nos diz que, foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta, dessa maneira quanto mais a sociedade trabalhar em não naturalizar o fenômeno da violência simbólica, mais estaremos próximas dessa independência que Simone de Beauvoir vem nos dizer, é importante que tenhamos em mente, a nossa capacidade de disseminar tal ideia, pois como ela mesma diz, “Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre. Porque alguém disse e eu concordo que o tempo cura, que a mágoa passa, que decepção não mata. E que a vida sempre, sempre continua”. É importante que não deixemos a sociedade patriarcal e machista nos impedir de sermos livres, temos que tentar, tentar e tentar, até chegarmos a um ponto em que a violência simbólica deixe de existir, nem que o resultado dessa luta, nem que o resultado dessa luta, somente nossos precedentes usufruam de tal conquista.

Beauvoir (1967), dizia que que a igualdade entre os sexos, que tanto falamos hoje, só seria possível quando os dois sexos tivessem direitos juridicamente iguais, na atualidade até temos essa igualdade através da Constituição, segundo ela

“A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante. E isso se tornou possível na grande indústria moderna, que não somente admite o trabalho da mulher em grande escala como ainda o exige formalmente...” (BEAUVOIR, 1967, p.75).

Entende-se assim que, quando o trabalhador doméstico não for tão representado pela mulher como figura central, ela realmente estará emancipada completamente. Uma expressiva ação de violência simbólica felizmente não existe mais, era o período menstrual, em que este deixava a mulher marginalizada, pois estas eram consideradas impuras,

A mulher que tiver um fluxo de sangue em sua carne, permanecerá sete dias na impureza. Quem a tocar será impuro até a noite. Todo leito em que dormir... todo objeto sobre o qual se sentar será impuro. Quem tocar em seu leito, lavará as roupas e a si próprio com água e será impuro até a noite (BEAUVOIR, 1967, p.189).

As mulheres não podiam tocar em nada, porque se elas assim fizessem, as comidas azedavam, as flores murchavam, as mulheres não podiam nem dizer as suas mães quando isso acontecesse, por medo da reação delas. Vemos na atualidade que, se um homem veste sempre a mesma roupa para várias ocasiões, ninguém percebe e o homem não é ignorado por tal atitude, já a mulher precisa e necessita ter uma variedade de roupas para as mais diversas ocasiões. Para a mulher a vestimenta impõe respeito, julgamento. O vestuário da mulher diz muito sobre ela, sua índole, classe social, enfim, nós mulheres estamos adequadas não somente a termos o padrão de beleza social, mas também a um padrão de vestimenta, a mulher tem sempre como obrigação estar bem apresentável em todas as ocasiões, porque assim como antigamente, a mulher dentro de um outro contexto, permanece como um objeto a ser exibido.

Na atualidade ainda vemos frases de violência simbólica em que “Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, são frases como estas que atravessam a sociedade de uma forma a confirmar e reforçar aquilo que tentamos desconstruir ao longo da história.

Sabemos que o profissional do serviço social lida diariamente com casos de violência contra a mulher, é importante que a percepção dessa violência simbólica seja dada de forma crítica e reflexiva, possibilitando ao fazer profissional uma interpretação da realidade, para além de uma visão fenomênica, ressaltando-se sempre o diálogo com as construções sócio históricas, dessa forma não naturalizando a violência simbólica, uma vez que esta, como citado no decorrer deste capítulo, é a base para o surgimento de outras violências, estas de maneira, visível, palpável e

digna de responsabilização de seus culpados, por tais atos. Garantindo assim, a legitimidade profissional e rompendo com os muros que é imposto pela própria sociedade, ao naturalizar esse fenômeno.

CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER: UMA VIOLÊNCIA SILENCIOSA QUE TEM UM GRANDE EFEITO NA VIDA DAS MULHERES.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação as ferramentas metodológicas, objetivando compreender os efeitos da violência simbólica na vida das mulheres, tendo em vista a cultura machista e patriarcal que permeia essa realidade, para abordagem desse tema realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, de natureza exploratória, utilizando-se de pesquisas bibliográficas, além do uso da Análise de conteúdo.

Quanto à pesquisa qualitativa, Silva e Menezes (2000, p. 20), nos diz que esse tipo de pesquisa considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Em relação a Análise de conteúdo Richardson (1999), nos diz que essa análise tenta descrever o texto segundo a sua forma, isto é, os símbolos empregados, palavras, temas, expressões, frases e quanto ao seu fundo, que tenta verificar as tendências dos textos e a adequação do conteúdo, essa análise temos nas letras das musicas citadas no decorrer desse presente trabalho.

No que concerne a pesquisa de natureza exploratória, Gil (2008) diz,

[...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (Gil 2008, p. 27).

Assim entende-se que, por ser um tema relativamente novo, a violência simbólica contra mulheres, a pesquisa exploratória é a que mais se aproxima para estudar esse tema importante para a sociedade.

No que diz respeito a pesquisa bibliográfica, Gil (2008, p. 50) traz que

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (p.50).

Dar-se desse modo a importância do uso combinado desses dois tipos de pesquisa, para a concretização do presente trabalho. Para efeito, necessitou-se de leituras aprofundadas em livros de autores renomados como, a escritora francesa, filósofa existencialista e feminista Simone de Beauvoir, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, a socióloga marxista e estudiosa da violência de gênero a Heleieth Saffioti, entre outros, para que posteriormente pudesse desvelar melhor a violência simbólica contra mulheres na sociedade em que vivemos, assim sendo, como ressaltado anteriormente, para se atingir o objetivo do citado trabalho, foi utilizada pesquisa com caráter qualitativo, de natureza exploratória com base em dados bibliográficos.

Para mais, tem-se como problema de pesquisa “ao saber da existência da violência simbólica, é possível, a mulher se empoderar e ter uma visão crítica de forma que haja externalização desse conhecimento?” Essa inquietação surgiu através de discussões acadêmicas, vinculadas a questão do serviço social na contemporaneidade, levando-se em consideração os desafios postos na atual conjuntura para a profissão.

Tanto o problema de pesquisa quanto as hipóteses faziam parte do escopo do Projeto de pesquisa que foi feito como requisito para nota de estágio II, projeto este que serve para nortear e dar base a construção desse presente trabalho, o TCC. Além das hipóteses e do problema de pesquisa faz parte do projeto de pesquisa o levantamento do objetivo geral e específicos que permeia o trabalho, bem como, o referencial teórico, parte indispensável para o desenvolvimento de qualquer trabalho acadêmico, além da justificativa da escolha de tema.

Outra importante etapa para conclusão desse trabalho científico, é a seleção de produções bibliográficas que auxiliam na compreensão do objeto a ser estudado e

desvelado, que corresponde a violência simbólica contra mulheres, realizando leituras e buscando o acervo teórico para o melhor desenvolvimento do tema, através de monografias, materiais eletrônicos, notícias, enfim, aparatos que possibilitam uma melhor e maior compreensão do tema a ser abordado, de uma forma crítica e reflexiva através dessas leituras aprofundadas. Seguido a isto, identifica-se as principais categorias, assim como, os principais autores que discutem e norteiam a pesquisa sobre o tema estudado, objetivando dessa forma, o alcance de uma sistematização dos dados, para a interpretação dos mesmos.

3.1.1 Descrições dos procedimentos e fases de construção da pesquisa.

Com o objetivo de facilitar uma visão mais abrangente, facilitando assim o entendimento de como se deu o percurso do trabalho até o dado momento, se faz necessário elencar as principais fases para a construção do presente trabalho, como nos mostra o quadro a seguir:

QUADRO 1.

FASES	PROCEDIMENTOS ADOTADOS
<p>FASE I</p> <p>Produção do projeto de pesquisa</p>	<p>Produzido como requisito para avaliação do estágio supervisionado II, no período de 2019.1, bem como para nortear o presente trabalho de conclusão do curso – TCC.</p>
<p>FASE II</p> <p>Busca do referencial teórico</p>	<p>Busca do acervo teórico em livros e em autores para compor o referencial do trabalho.</p>
<p>FASE III</p> <p>Separação do material</p>	<p>Seleção dos livros e autores que realmente são relevantes para a discussão do tema proposto.</p>
<p>FASE IV</p> <p>Categorização dos dados</p>	<p>Categorização de conceitos, definições, tendo em vista, os autores que mais representam a temática.</p>

Como ressaltado anteriormente, o uso do quadro abaixo para a sistematização dos dados se justifica em meio a uma busca de um entendimento maior em relação ao objeto estudado, para tanto se faz necessário a aplicação da tabela abaixo, com o intuito de mostrar com maior clareza e propriedade aquilo que corresponde ao que o objeto da pesquisa nos possibilita desvelar na realidade desse tema abordado.

Quanto mais caracterizado de forma a facilitar o entendimento do leitor, melhor será a compreensão do objeto estudado, para efeito necessita-se categorizar esses dados encontrados, com base nas leituras realizadas, em: tipo, título, autor, ano e é claro, as principais considerações que esses autores nos trazem, assim nos possibilitando atingir o nosso objetivo de estudo.

Ademais necessitou-se de leituras de livros complexos, uma vez que, como já ressaltado, o acervo teórico sobre o tema é pouco encontrado, assim sendo, para concretização desse presente estudo, foi necessária uma leitura mais aprofundada em livros próprio sobre o assunto abordado, que é a violência simbólica contra mulheres, como nos mostra o quadro abaixo:

QUADRO 2.

TIPO	TÍTULO	AUTOR	ANO	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES
LIVROS	A dominação masculina	Pierre Bourdieu	2012	Historicidade da dominação masculina que se sobrepõe ao sexo feminino.
	O poder simbólico	Pierre Bourdieu	1989	Traz o conceito de poder simbólico, conceito este necessário para entender a violência simbólica, uma vez que esse poder gera essa violência invisível.
	O segundo sexo – fatos e mitos	Simone de Beauvoir	1967	Caracteriza a sociedade e a educação da mulher a partir de diferenças biológicas, mostrando que influenciadas pela sociedade e pela educação a mulher percebe as diferenças biológicas de diversas maneiras, mas acaba se aceitando dentro de todo círculo.
	O segundo sexo – a experiência vivida	Simone de Beauvoir	1970	Mostra a questão da construção de identidade de gênero, ao dizer que “Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher”

	Feminismo – o ponto de vista marxista	Zuleika Alambert	1986	Trata da questão feminina, elucidando contribuições do marxismo e pensamentos feministas, “abrindo um novo caminho para a libertação da mulher”.
	Breve história do feminismo no Brasil	Maria Amélia de Almeida Teles	1993	Traz um apanhado histórico, com o próprio nome sugere, sobre o recorte histórico das conquistas dos direitos femininos, além de trazer o surgimento desde o I congresso da mulher paulista até a atual Lei Maria da Penha.
	Gênero, patriarcado, violência.	Heleieth Saffioti	2011	Apresenta as desigualdades entre o sexo, afim de desmitificar os aspectos biológicos, e sociais, para entendermos tanto de forma biológica, quanto social, e como essas desigualdades gera a violência contra as mulheres. A autora questiona o papel da mulher na sociedade atual.
	As mulheres não são homens	Boaventura Sousa Santos	2011	Conceito e explicação do que é patriarcado e a cultura patriarcal.
	Problemas de gênero-Feminismo e subversão da identidade.	Judith Butler	1990	Apresenta as questões que envolve os gêneros, trazendo a mulher como sujeito feminino.
DOCUMENTOS	Dados sobre feminicídio no Brasil	Agência Patrícia Galvão.	Acesso em 15/09/2019	Índices de feminicídio levando em consideração a importância de mostrar esses dados para a sociedade.

Enfrentamento à violência contra a mulher.	Secretaria especial de políticas para mulheres	Acesso em 22/08/2019	Balço de ações 2006 – 2007, em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher, além de trazer o impacto da Lei Maria da Penha na vida das mulheres.
Pacto Nacional Pelo Enfrentamento A Violência Contra As Mulheres.	Secretaria De Políticas Para As Mulheres – Presidência Da Republica	Acesso em 29/09/2019	Nos traz os avanços e os desafios desse pacto, bem como, os novos eixos e atuações do pacto; metas do pacto no PPA 2012 – 2015.

3.2 RESULTADO E DISCUSSÕES

Tomando como base a tabela anterior, é importante que, quanto mais condensarmos as informações e dados, estaremos mais próximos de alcançar o objetivo inicial do trabalho, para efeito, necessita-se sistematizar estas informações dividindo-as em categoria, tendências, e o autor que revela esta última.

A tabela a seguir, revela uma aproximação maior com o objeto estudado, uma vez que, a condensação das informações nos possibilita ter uma melhor perspectiva afim de, situar o tema abordado no contexto das relações sociais, e foi a partir da pesquisa bibliográfica que nos deu a possibilidade de desvendar a realidade em que se encontra o objeto de estudo, partindo das considerações mais significativas que foi elencadas abaixo, ressaltando-se sempre, a importância de apresentar com clareza todos os dados, com intuito de adquirir compreensão total do assunto em questão.

Salienta-se a necessidade de sistematizar os dados, pois desta forma, o tema abordado vai nos aparecer claramente, uma vez que, essa clareza nos torna enquanto leitor, aptos a enxergar a violência simbólica a partir de uma perspectiva crítico-reflexivo, pois é com embasamento teórico que se constrói esse tipo de conhecimento.

No quadro a seguir é identificado quais são as principais categorias e tendências que representa de uma maneira mais aproximada o nosso objeto de estudo, uma vez que esse tipo de sistematização possibilitará uma compreensão mais

assertiva em torno, da proposta do presente trabalho, sendo que este nos dará maior clareza em torno de tal assunto.

QUADRO 3.

CATEGORIA	TENDÊNCIA	AUTORES
Poder simbólico	O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.	Pierre Bourdieu
Dominação masculina	E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que "faz", de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.	Pierre Bourdieu
Cultura patriarcal	Colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração. O patriarcado expressa uma forma de dominação própria das sociedades divididas em classes.	Heleieth Saffioti
Naturalização do fenômeno.	Influenciadas pela sociedade e pela educação a mulher percebe as diferenças biológicas de diversas maneiras, mas acaba se aceitando dentro de todo círculo.	Simone de Beauvoir
Opressão	A opressão social que sofre é a consequência de uma opressão econômica.	Simone de Beauvoir
Enfrentamento a violência contra as mulheres.	Combate a todas formas de discriminação e violência contra as mulheres	Secretaria especial de políticas para mulheres
Gênero	Aponta para as desigualdades existentes entre os sexos de maneira acentuada	Judith Butler

É a partir do exposto acima que podemos perceber que, para Pierre Bourdieu, a mulher é a única e exclusiva culpada pela violência simbólica que sofre, conseqüentemente pela dor e sofrimento que passa advinda desta, devido a um certo

grau de conformidade que a mulher adquire ao longo de sua vida na sociedade, isso fica muito claro quando ele diz,

Quando os dominados aplicam aquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (BOURDIEU, 2012, pag.47).

Apesar de Bourdieu culpabilizar a mulher por ser violentada simbolicamente, a realidade mostra o contrário, afinal nenhuma mulher pede para ser violentada, dessa maneira, Beauvoir por ser mulher e possuir mais propriedade para falar sobre o assunto, ela não culpabilizava a mulher por essa violência, ao contrário, a autora nos mostra que essa violência decorre na maioria das vezes de uma falta de conhecimento, tanto advindo da educação quanto na sociedade, este primeiro um dos principais motivos para a violência simbólica de fato acontecer, apesar da autora dizer que, a mulher acaba naturalizando tal fato, mas é claro que, essa naturalização advém justamente dos aspectos citados: a educação e a sociedade, como ressaltado no quadro acima, em que Beauvoir (1967), nos mostra que, influenciadas pela sociedade e pela educação a mulher percebe as diferenças biológicas de diversas maneiras, mas acaba se aceitando dentro de todo círculo

Cabe afirmar que, não é porque Bourdieu é homem que ele não possa falar da questão da violência simbólica contra a mulher, mas é como aquela velha história, quem é que tem mais propriedade ao falar de negro...uma pessoa negra ou aquela pessoa de pele branca?, pois é, da mesma forma é essa questão de violência simbólica que a mulher sofre, Bourdieu ele é muito radical ao declarar que a mulher é a culpada pela violência que sofre, em contrapartida, ele assim como Beauvoir, nos traz que essa violência simbólica ela só se torna efetiva, quando a mulher passa a naturalizar tal fenômeno e naturalizando ela está automaticamente reconhecendo, como nos traz Bourdieu, a submissão que sofre.

Toda essa questão fica claro quando Pierre Bourdieu, no traz que o poder simbólico é o gerador principal da violência simbólica contra a mulher, o autor nos diz que muitas vezes o dominante nem percebe que está exercendo poder sobre o dominado (mulher), e este não reconhecimento de dominação está ligado diretamente a cultura patriarcal que permeia toda realidade, uma vez que, esta cultura de certa

forma impõe aquilo que a sociedade tem que reproduzir, o que nas palavras de Bourdieu (2012), o poder simbólico, e com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Vemos assim que, a naturalização da violência simbólica ela advém dessa vontade ou de simplesmente não ter conhecimento acerca de tal fenômeno.

Ainda falando sobre cultura patriarcal, Beauvoir ao dizer que ninguém nasce mulher. Torna-se mulher, ela está dizendo que é através dessa cultura patriarcal e machista que molda a mulher na sociedade, assim como ressaltado no decorrer dessa monografia, o gênero é uma construção social onde quem vai moldar o ser, será a própria sociedade, com suas ideologias e reproduções que ela nos impõe a reproduzir,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Como vimos no capítulo anterior, em que, é a sociedade que dita o que é “coisa de mulher” e o que é “coisa de homem”, tudo isso está conectado diretamente ao patriarcado, que a própria sociedade reproduz através de práticas, sejam estas reconhecidas ou não.

No que diz respeito a opressão que a mulher sofre, fica claro que ela não vai sofrer porque quer, como nos diz Bourdieu, Beauvoir nos fala que a opressão que a mulher sofre advém de uma questão econômica, porém ela é contraditória naquilo que ela defende, pois em um dado momento ela até critica Engels, ao dizer que ele está errado ao usar do materialismo histórico para explicar toda a questão envolta da desigualdade entre os sexos,

Reivindicar para ela todos os direitos, toda a possibilidade do ser humano em geral não significa que se deva deixar de enxergar sua situação singular. E para conhecê-la é preciso ir além do materialismo histórico que só vê no homem e na mulher entidades econômicas (BEAUVOIR, 1967, p.79).

Então porque discutir algo que não está ligado a questão econômica e ao mesmo tempo recorrer ao materialismo histórico para explicar a questão da opressão que a mulher sofre, uma vez que, como ela mesma nos diz acima, o materialismo histórico apenas vê nos dois sexos entidades econômicas.

Essa discussão até fica clara quando a autora Beauvoir (1970) explica o porquê de não se limitar apenas ao materialismo histórico, pois, A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem.

E é a partir dessa ideia que percebemos melhor, a lógica de Beauvoir a não recorrer unicamente ao materialismo histórico, porque pensar ou explicar a violência simbólica somente pelo viés econômico não vai ser possível elucidar e muito menos entender a questão de desigualdade existente entre homens e mulheres, porque essa questão vai além desse viés, advém além disso, de uma questão moral, social e também psicológica.

No tocante a naturalização da violência simbólica vemos que esta decorre principalmente do conhecimento que se tem em relação a esse tipo de dominação, ou seja, a aceitação desse tipo de violência dependerá do nível de conhecimento tanto do dominado quanto do dominante, em nível de reconhecimento ou não, da violência.

Todos esses argumentos apresentados acima servem para explicar o objeto de estudo do presente trabalho, uma vez que por violência simbólica, Pierre Bourdieu nos conta que esta é uma:

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (BOURDIEU, 2012, p.7-8).

Não obstante a esse conceito, sabemos que apesar de termos no cotidiano essa violência, se apresentando de maneira oculta e silenciosa, não é culpa nossa enquanto mulher sofrer essa violência, afinal, quem é a mulher que adora ser colocada para baixo ou se sentir inferior em relação ao homem? Precisamos entender e ter em mente que somos ademais, vítimas de uma sociedade patriarcal e machista, e que devemos procurar romper com esse estigma, posto e reproduzido por nós mesmas ao naturalizar certos atos na vida em sociedade.

Ademais precisamos ter em mente que, para entender a violência simbólica se faz necessário, compreender que o assunto posto em pauta, está envolto da questão

de gênero, fato este primordial para o nosso entendimento acerca do tema abordado, uma vez que, a violência simbólica tratada aqui, é a contra mulheres, ou seja, uma violência que acomete especificamente a mulher.

Quando falamos em questão de gênero, não podemos esquecer da violência de gênero, sendo que o tipo de violência aqui retratado, se configura como uma violência desse tipo e, é através do enfrentamento a violência contra mulheres, com políticas públicas efetivas que o combate a este e outros tipos de violência poderá ser erradicada, punindo os seus responsáveis, porque não dizer seus agressores, de maneira mais severa, a fim de “cortar o mal pela raiz”.

3.3 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA MULHERES: UM ESTUDO ACERCA DE UM TEMA DESPERCEBIDO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, QUE TEM UM GRANDE EFEITO NA VIDA DAS MUITAS “MARIAS”.

Foi possível, a partir de todas as alegações feitas até o dado momento, alcançar com clareza os nossos objetivo geral e específicos, respectivamente, compreender os efeitos da violência simbólica na vida das mulheres, tendo em vista a cultura machista e patriarcal que permeia essa realidade, além de identificar se ao saber da existência da violência simbólica é possível essa mulher se empoderar e ter uma visão crítica de forma a externalizar esse conhecimento; Analisar como as mulheres se percebem e se posicionam dentro de um relacionamento abusivo, tendo em vista, o conhecimento da violência simbólica; Descrever, através de estudos bibliográficos, até que ponto essa violência prejudica a mulher, de forma moral e psicológica, e até mesmo física.

Através de leituras e estudos realizados, foi possível perceber quais os efeitos que a violência simbólica causa na vida de uma mulher, levando-se em consideração a grande influência da cultura patriarcal em uma sociedade, uma vez que esta mesma cultura nos impõe o machismo, que afeta tantas mulheres no cotidiano, é permitido ter uma visão aquém da simples violência simbólica, ou seja, entende-se que, esta violência afeta a mulher de diversas maneiras, principalmente de maneira invisível e é por esse fato que se pode afirmar que, a educação é o meio mais eficaz para o combate dessa violência, por meio da educação a mulher é possibilitada a entender e perceber a violência simbólica acontecendo, assim compreendendo esse fenômeno de forma crítica e reflexiva, a ponto de não permitir que ela seja uma vítima dessa violência silenciosa, dessa forma ela deixa de ser uma violência como Bourdieu (2012)

traz, uma violência suave, insensível e invisível as suas próprias vidas, e passa a ser a vista e entendida pela mulher.

O fato acima descrito corresponde a uma das hipóteses levantadas inicialmente, para o andamento do presente trabalho, que diz respeito a o aparato da Lei Maria da Penha de forma educativa, seria viável a superação desse tipo de violência que está arraigado na sociedade, ainda que esta superação seja dada de maneira gradativamente.

Os efeitos que a violência simbólica causa é, principalmente o sentimento de inferioridade, esse sentimento causa danos principalmente psicológicos, isso deve-se ao fato da característica principal desse tipo de violência que é o silêncio da vítima e, a violência psicológica se aproxima um pouco dessas características da violência simbólica, por isso pode-se afirmar que o principal efeito que a violência simbólica causa, é a violência psicológica, além de danos físico e moral.

Como ressaltado anteriormente, é através da educação que permite a mulher ter um conhecimento crítico e externalizar esse conhecimento a ponto de não permitir que essa violência aconteça, porque não adianta ter o conhecimento e simplesmente/naturalmente ignorá-la e trata-la como natural e inerente a sociedade patriarcal que, insiste em categorizar os sexos em seres superiores e inferiores, dominantes e dominados, assim, podemos afirmar através dos argumentos apresentados no decorrer desse presente trabalho, que é possível a mulher se empoderar e ter uma visão crítica de modo a externalizar esse conhecimento e não permitir que a violência simbólica produza em sua vida efeitos tão negativos.

Como Beauvoir nos trouxe, fica evidente como as mulheres se percebem e se posicionam dentro de um relacionamento abusivo, tendo em vista, o conhecimento da violência simbólica, em que esta influenciadas pela sociedade e pela educação que se tem desde a infância, acaba se aceitando dentro de todo círculo de violência simbólica, mesmo tendo conhecimento acerca desse tipo de violência, vemos aqui mais uma vez, a função que o Estado desempenha em relação a cultura patriarcal, em que muitas mulheres se sentem encurraladas dentro dos próprios relacionamentos, mais por terem crescido ouvindo através de seus pais e até mesmo da sociedade, os papéis que tem que assumir enquanto mulher, acaba fazendo com que esta, mesmo tendo o conhecimento e percebendo a violência acontecer em sua vida, acaba naturalizando e aceitando seu “destino”.

Nestes direcionamentos, torna-se imprescindível aprofundar a discussão de forma crítica e reflexiva, possibilitando uma interpretação da realidade, para além de uma visão fenomênica, valendo ressaltar o diálogo com as nossas construções sócio históricas, uma vez que não nos limitemos ao contexto das relações imediatas, ou seja, entender essa violência requer de nós, não somente mulheres, mas a sociedade em geral, entender que essa violência não pode ser naturalizada, ao contrário tem que ser banida assim, como as outras que diferente desta, é visível, sensível e sim, causa efeitos desastrosos a suas vítimas.

Entender a violência simbólica é saber que ela é a maior causa e “justificativa” das outras violências que atinge inúmeras mulheres, afinal, a cada hora mais de 500 mulheres são agredidas no Brasil e 42% dessas agressões acontece em casa, local onde a violência simbólica mais acontece.

É preciso que se discuta esse tema nas escolas, uma vez que esse ambiente constitui como um pilar para a boa vivência em sociedade, assim desde a infância meninos e meninas tenham consciência daquilo que os cerca na vida lá fora e, que todos, não somente a mulher tenha o conhecimento dessa violência e não permita que ela aconteça, afinal as coisas não são como a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves afirma que a nova era no Brasil se constitui em, menino veste azul e menina veste rosa, como Beauvoir disse “Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher”, então porque não usar do único artifício que nos move - a educação – e fazer desta arma o nosso poder para o combate dessa violência, que a própria sociedade reproduz?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aparentemente o tema violência simbólica contra mulher, pareceu ser fácil debatido, porém no decorrer de todo o percurso desse trabalho, foi possível perceber que a violência simbólica requer do leitor e de quem vier a falar desse tema, uma responsabilidade enorme, porque é um tema que a todo momento necessita ser enxergado de uma maneira diferente, pois este, é uma questão séria e digna de estudos aprofundados, pois explica de onde vem a violência contra mulheres que tanto conhecemos hoje, uma vez que essa violência, como dito ao logo dessa monografia, é considerada a base dos tipos de violência que conhecemos (física,

psicológica, patrimonial, sexual, e até o feminicídio, que é o estágio final das violências sofridas).

Foi possível perceber ao final das pesquisas realizadas e discutidas, que esse assunto requer do profissional do Serviço Social, um olhar crítico de maneira a não naturalizar este fenômeno, posto que, sabendo que ela é essencial para explicar o ciclo de violência que a mulher venha a sofrer ou já esteja sofrendo, entender a violência simbólica facilitará o trabalho do assistente social, porque entender essa violência permite a este profissional enxergar de maneira mais aproximada a realidade de determinado sujeito, compreendendo seus efeitos e consequências na vida destes.

Uma das maiores dificuldades para tratar o tema exposto, foi a busca do acervo teórico, pois, apesar dos livros serem fundamentais para esse tipo de pesquisa, a discussão acerca do tema proposto ainda tem uma série de limitações, dessa forma, nas redes de comunicação (televisão e internet), não se tinha muitos assuntos relacionados a esse tipo de violência, assim, necessitou-se de uma leitura exclusiva em livros completos para desvelar o tema, essa dificuldade deve-se principalmente ao fato, de não se ter um embasamento como espelho para realizar o meu trabalho, não que eu fosse copiar, porque isso se configuraria em plágio, porém tendo um espelho, a gente consegue se nortear melhor em torno de um debate, e isso eu não tive acesso, por esse fato, se configura a maior dificuldade encontrada para a conclusão do presente trabalho.

Entender a violência simbólica contra a mulher, é ter em mente o papel que esta deve ocupar na sociedade, independentemente de ser mulher, é necessário compreender que não é a questão financeira que vai nos prender em um relacionamento abusivo e, até mesmo, por nossos filhos, afinal, havia um tempo que, quando a mulher casava, era dito imediatamente pela mãe, que a filha tinha que, “segurar” o casamento até o fim da vida, ou seja, aceitar traições, mentiras, orgias, e aceitando isso, ela estaria mantendo seu status social, ela poderia até apanhar, porque o amor tinha que suportar tudo, e a mulher era o amor, portanto digna de suportar qualquer coisa em nome disso.

A violência simbólica vai além de impor o que é de menino e de menina, é uma violência séria que deve ser compreendida por todas as categorias profissionais, porque ela está em toda parte escondida silenciosamente e sempre procurando uma vítima, ou seja, precisamos encara-la e não permitir que ela nos torne vítima sua, a partir do momento que tivermos conhecimento e consciência que ela existe, não será

possível ela nos atingir, porque mulher emancipada é assim, não permite que nenhum homem a faça de saco de pancada.

O tema proposto tem a importância de mostrar como a violência simbólica é pouca compreendida e vista, inclusive pelo serviço social, uma vez que, estudar e pôr em prática é algo desafiador para essa categoria, vemos com isso que, essa violência precisa de fato ser compreendida para que posteriormente, esse conhecimento possa ser colocado em prática.

Esse tema é tão pouco falado e discutido que, em um ano de estagio eu não ouvi nenhuma vez falarem sobre a violência simbólica contra a mulher, e isso me inquietou ainda mais, visto que, um fato é o usuário não entender sobre tal assunto, outro fato é, a própria categoria não saber que essa violência existe e isto, ao meu entender se torna um empecilho para entender as outras violências que já conhecemos, pois como vimos em um dos resultado da pesquisa, a violência simbólica é a base das outras violências, ou seja, tanto a violência psicológica, física, moral, sexual, patrimonial e até o feminicídio, tem em suas bases, a violência simbólica.

Por esses fatos apresentados, vemos que é de grande importância ter o conhecimento acerca desse tipo de violência, tanto para a categoria profissional, que pode sim romper com alguns atos dessa violência, quanto a sociedade em geral, posto que, essa violência pode ser combatida através, principalmente da educação, como ressaltado nesse presente trabalho.

Precisamos compreender que violência contra mulher, não é somente física, mas também a simbólica e esta pode causar danos desastroso na vida de toda e qualquer mulher, afinal, nós somos donas das nossas escolhas sendo assim, não podemos permitir que a violência simbólica nos tire esse poder.

O combate da violência simbólica não é algo que deve ser mudado na mulher, do dia pra noite, afinal cada mulher tem sua história, e em cada história um contexto diferente, existe muitas mulheres que dependem do marido financeiramente, e por mais que tenha o conhecimento da violência simbólica, ela não deseja sair desse relacionamento, porque estando dentro dele ela tem todo aparato material que necessita, e no caso de mulheres mais pobres, tem-se o básico, existe outras mulheres que por causa dos filhos, acabam também reconhecendo e naturalizando a violência simbólica, por isso a importância da categoria profissional entender essa

violência compreendendo a subjetividade de cada usuária que necessite de seu trabalho.

Enfim, é necessário que esse debate aqui levantado e estudado, não se limite apenas a estas linhas aqui presente, é importante leva-lo para nosso dia-a-dia e colocá-lo em prática diretamente na nossa realidade e só assim poderemos enfim, conquistar o nosso verdadeiro lugar, que é onde todos têm o mesmo direito, voz e vez, sem distinção do que é coisa de homem e de mulher, rompendo assim, com essa cultura patriarcalista que insiste em nos rodear, importante destacar, que uma mulher pode sim fazer sua parte aconselhando e conversando com outras, é como diz a frase ninguém solta a mão de ninguém, todas juntas conseguiremos romper com essa violência silenciosa.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Z. **Feminismo: O ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. 4^a. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. A experiência vivida. 2^a ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

BOURDIEU, P.. **A dominação masculina**. 11^a.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência Contra a Mulher**. Coleção Enfrentamento á violência contra as mulheres. Brasília, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Lei nº 11.340 de 7 de Agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 Nov. 2019.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço social**. 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GREGORI, J. **Feminismos e resistência**: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. Disponível em: <www.seer.ufu.br>. Acesso em: 12 Set. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a ed. São Paulo: Editora atlas S.A. 2008.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. “**Por que as taxas brasileiras são alarmantes?**”. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/>>. Acesso em : 15 Set. 2019.

JUS BRASIL. **Lei 13.104, de 9 de Março de 2015**. Disponível em: <<https://presrepublica.jus.brasil.com.br>>. Acesso em: 10 Out. 2019.

LETRAS. Lôrabúrria. Gabriel o pensador. Disponível em:<<https://www.lettras.mus.br>>. Acesso em: 10 Out. 2019.

LETRAS. **Só surubinha de leve**. Mc Diguinho. Disponível em: <www.lettras.mus.br>. Acesso em: 10 Out. 2019.

PRAUN, Andrea Gonçalves. **Sexualidade, gênero e suas relações**. Revista Húmus. 2011. Disponível em: <www.periodicoseletronicos.ufma.br>. Acesso em: 26 Set. 2019.

PESQUISA DATA POPULAR E INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. **A casa como local de risco**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br>> Acesso em: 15 Set. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa civil. **Do planejamento familiar**. Lei nº 9.263, de 12 de Janeiro, de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 de Out. 2019.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e Elaboração de dissertação**. 3ª ed. ver. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SENADO FEDERAL. **Comissão parlamentar mista de inquérito**. Relatório final. Brasília: Junho, 2013 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: 7 Nov. 2019.

SANTOS, B. de S. **As mulheres não são homens**. 10 de Março, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. ed. 2011.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1ª.ed. São Paulo: Brasiliense.1993.